



IPL

**escola superior de turismo
e tecnologia do mar**

instituto politécnico de leiria

**ESTRATÉGIA TURÍSTICA EM ÁREAS PROTEGIDAS
CASO DE ESTUDO – ILHA DA BERLENGA**

MANUEL QUINTA MARTINS SALVADOR

Peniche 2016



IPL

**escola superior de turismo
e tecnologia do mar**

instituto politécnico de leiria

**ESTRATÉGIA TURÍSTICA EM ÁREAS PROTEGIDAS
CASO DE ESTUDO – ILHA DA BERLENGA**

Dissertação orientada e coorientada por:

Professor Doutor Sérgio Leandro

Professor Doutor Francisco Dias

Dissertação para a obtenção do grau de mestre

Peniche 2016

COPYRIGHT

Autorizo os direitos de copyright da presente tese de mestrado, denominada “Estratégia turística em áreas protegidas – Caso da Ilha das Berlengas”.

A Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar e o Instituto Técnico de Leiria têm o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar esta dissertação de mestrado através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, e de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Sérgio Leandro, por me ter aceite como seu mestrando, por se mostrar disponível para ajudar, pelo apoio, aconselhamentos, paciência e pela confiança nas minhas capacidades e ao Professor Doutor Francisco Dias pelo apoio prestado na elaboração do questionário e na análise dos seus resultados.

A todos os professores que nos acompanharam ao longo do nosso primeiro ano de mestrado e que tantos ensinamentos nos transmitiram para que pudéssemos estar preparados para o término desta etapa.

Às responsáveis do Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade na Reserva Natural da Berlenga, Dra. Maria Jesus Fernandes, pelas orientações no primeiro ano de mestrado, à Dra. Lurdes Morais pela disponibilidade nos esclarecimentos não só em projetos pessoais como também pelo apoio e esclarecimentos quanto à Reserva Natural da Berlenga e aos estudos desenvolvidos sobre a mesma ao longo destes tempos.

Aos voluntários que prestaram apoio na Ilha da Berlenga e todos os inquiridos pela disponibilidade em participar neste trabalho e pela partilha de conhecimentos, nomeadamente a todos aos pescadores, veraneantes da ilha, às Marítimo-turísticas e todos os amigos que juntamente comigo vivem a “paixão” pela ilha.

À minha família fantástica, pais, irmãos, cunhados, sobrinhos, sogros, tios e primos, principalmente aos meus filhos Raquel, Xavier e Tomás e à minha cara-metade, a minha esposa Vania, pelo apoio incondicional, dedicação, paciência e ajuda ao longo destes anos de curso e de mestrado, é derivado a este amor que me faz aceitar todos os desafios com entusiasmo, que aceitei mais este desafio.

À minha família de coração, os meus amigos incondicionais, Andreia e Bernardo, Ana Sofia e Rodolfo, Joana e Filipe e todos os meus amigos que sempre me incentivaram a escrever sobre a Berlenga e as suas problemáticas, no fundo a todos, Obrigado por tudo!

A todos os amigos e colegas sensacionais que fiz pelo caminho e às pessoas que conheci neste Mestrado,....Obrigado pelos bons momentos, ajuda, incentivos, apoio moral, pelas risadas e convívio!

A todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para que esta tese se realizasse, e à memória de grandes amigos, que comigo partilhavam a alegria, o prazer e o amor pela Ilha das Berlengas e que já não se encontram entre nós, principalmente aos saudosos Rui Nazareno e Joaquim Maçazinha, com quem tantas conversas tive e histórias ouvi contar sobre a ilha e à minha querida Maria Otília, um muito Obrigado.

ÍNDICE

INDICE DE ANEXOS	xiii
LISTA DE ABREVIATURAS.....	xv
RESUMO	xvii
PALAVRAS-CHAVE.....	xviii
ABSTRACT	xix
KEYWORDS	xx
I. INTRODUÇÃO.....	1
II. REVISÃO DA LITERATURA	7
2.1 O Fenómeno do Turismo	7
2.2 – Turismo de massas	12
2.3 – Motivações e experiências da procura turística	14
2.4. Turismo Sustentável	20
2.5. Impactos do turismo.....	23
2.5. Produto turístico e a capacidade de carga.....	25
III – TIPOLOGIA E LEGISLAÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS.....	29
3.1 – Áreas Protegidas em Território Português.....	30
3.2 - Classificação / Legislação	32
3.3 – Tipologias	34
3.4 – Definições	36
3.5 – Princípios	37
3.6 - Perfil dos visitantes das Áreas Protegidas Portuguesas.....	39
IV – METODOLOGIA E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	43
4.1 – Área de Estudo.....	44
4.2 – Pontos de interesse da Ilha.....	46
4.4 – Estratégia e Planeamento para ao Arquipélago da Berlenga	48

4.5 – Instrumentos de recolha de dados	51
4.6 – Amostragem e método da aplicação dos instrumentos	53
4.7 – Análise dos resultados	53
4.7.1 – perfil sociodemografico da amostra	54
4.7.2 – Visita à Ilha da Berlenga	56
4.7.3 – Análise das percepções turísticas.....	59
4.7.4 – Percepção das infraestruturas e necessidades	64
4.7.5 – Percepção quanto à experiência e à satisfação da visita	66
V – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
VI - BIBLIOGRAFIA	73
ANEXOS	

INDICE DE TABELAS

Tabela 1- Impactos positivos/benefícios e negativos/custos do turismo	24
Tabela 2 - Perfil Sociodemográfico da Amostra	55
Tabela 3 - Informação e estada na Ilha da Berlenga.....	58
Tabela 4 - Género e idade dos grupos definidos.....	60

INDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de visitas à Ilha da Berlenga	57
Gráfico 2 - Com quem viajou para a Ilha da Berlenga	57
Gráfico 3 - Motivação para a viagem	61
Gráfico 4 - Conhecimento das classificações atribuídas ao Arquipélago das Berlengas.....	62
Gráfico 5 - Importância das infraestruturas existentes na ilha da Berlenga	64
Gráfico 6 - Medidas para a sustentabilidade da ilha da Berlenga.....	65
Gráfico 7 - Grau de satisfação com a visita	66
Gráfico 8 - Intenção em voltar à ilha da Berlenga	67
Gráfico 9 - Recomendação da ilha da Berlenga como destino turístico	68

INDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Ciclo de vida do Destino Turístico	26
Figura 2 - Áreas Protegidas Portuguesas	31
Figura 3 - Mapa e enquadramento geográfico do Arquipélago das Berlengas.....	45
Figura 4 - Imagem do Arquipélago das Berlengas	45
Figura 5 - Proveniência dos inquiridos.....	56
Figura 6- Fortaleza de S. João Batista	63

INDICE DE ANEXOS

Anexo A – Fotografias da recolha de resíduos sólidos e da ocupação do espaço envolvente

Anexo B – Inquérito aos visitantes da Ilha da Berlenga

LISTA DE ABREVIATURAS

AP – Área Protegida

APP – Áreas Protegidas de Estatuto Privado

CAOP – Carta Administrativa Oficial de Portugal

ECOS – Energia e Construção Sustentável

ENCNB – Estratégia Nacional de Conservação da Biodiversidade

ICNF – Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas

IUCN – International Union for Conservation of Nature

OMT – Organização Mundial de Turismo

ONU – Organização das Nações Unidas

PORNB – Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Berlenga

RFCN – Rede Fundamental de Conservação da Natureza

RNAP – Rede Nacional de Áreas Protegidas

RNB – Reserva Natural da Berlenga

SIG – Sistema de Informação Geográfica

SNAC – Sistema Nacional de Áreas Classificadas

SPSS – Statistical Package for the Social Scienses

UN – United Nations

UNESCO – United Nations Educational Scientific and Cultural Organization

UNWTO – United Nations World Tourism Organization

RESUMO

A razão principal e o que motivou a escolha do tema para esta dissertação de mestrado assentou no interesse pessoal e intrínseco que, desde há muito tempo, temos vindo a sentir pela problemática do turismo e do património natural como fenómenos potenciadores de desenvolvimento do país, regiões e concelhos. Os benefícios económicos prestados pelas áreas protegidas são um fator importantíssimo para garantir que estes sejam devidamente considerados na política e na tomada de decisões. Há relativamente poucos estudos que fornecem uma visão abrangente dos benefícios económicos proporcionados pelas áreas protegidas portuguesas. Desta forma e após uma observação de anos da área protegida da Ilha da Berlenga colocou-nos interrogações relativas à inexistência de uma estratégia de desenvolvimento ancorado em práticas de atividades turísticas, lado a lado com a sua riqueza patrimonial levou-nos a estudar se a sua compatibilidade estará em consonância com a estratégia desenvolvida até aos dias de hoje.

Determinaram-se metodologias de estudo e fatores estratégicos tendo em conta as características do local escolhido e as diretrizes definitas a nível nacional para a sua proteção. No entanto a oferta turística do local em estudo leva-nos a crer que o mesmo deixou de ser um produto de turismo de natureza, para se enquadrar num produto de turismo de sol e mar, não sendo este tipo de enquadramento que é definido pela procura turística.

Tendo em conta a crescente oferta e procura pelos serviços empresariais e a sua atuação em ecossistemas sensíveis, requerem uma abordagem particularmente cuidada, uma vez que maioria das empresas deverá ter em conta os princípios e objetivos principais do conceito de Turismo de Natureza, para assim contribuírem para a conservação dos valores naturais, e ajudarem a desenvolverem comportamentos que se centram na preservação e na consciência ambiental.

Neste sentido, esta análise baseia-se na revisão de literatura sobre o tema, incluindo instrumentos de apreciação do desempenho ambiental e nos dados obtidos através de um questionário cuidadosamente elaborado e executado aos visitantes e excursionistas que se dirigiram ao local.

Argumenta-se nesta tese que a prossecução da sustentabilidade do turismo é um processo contínuo, que requer a constante monitorização de impactes e a atempada introdução das medidas necessárias em termos preventivos e/ou corretivos. O destino deve oferecer uma experiência turística de qualidade, de modo a satisfazer os turistas, contribuindo para a repetição da visita e a recomendação do destino e, paralelamente, deve estimular a adoção de práticas mais sustentáveis e influenciar o comportamento dos turistas, tendo em vista a proteção do ambiente e a preservação da identidade cultural da comunidade local.

PALAVRAS-CHAVE

Berlenga - Proteção Ambiental – Motivação Turística – Procura / Oferta Turística – Estratégia / Planeamento Turístico.

ABSTRACT

The main reason and what motivated the choice of theme for this dissertation is based on personal interest and intrinsic, for a long time, we have come to feel for the problems of tourism and natural heritage as the country's development enhancer's phenomena, regions and municipalities. The economic benefits provided by protected areas are an important factor to ensure that these are properly considered in politics and in decision-making. There are relatively few studies that provide a comprehensive overview of the economic benefits provided by protected areas. In this way, and after a year of the protected area of Berlenga Island put in questions concerning the absence of a development strategy anchored in tourism activities, practices side by side with their patrimonial wealth led us to study if their compatibility will be in line with the strategy developed to this day.

Determined if the study methodologies and strategic factors taking into account the characteristics of the chosen site and the chosen guidelines at national level for their protection. However the tourist offer of the site under study leads us to believe that it is no longer a product of nature tourism, to fit into a product of Sun and sea tourism, not this kind of framework is defined by the tourist demand.

Having regard to the growing supply and demand for business services and its actions in sensitive ecosystems require particularly careful approach, since most companies should take into account the principles and main objectives of the concept of nature tourism, so as to contribute to the conservation of the natural values, and help develop behaviours that focus on conservation and environmental awareness.

In this sense, this analysis is based on literature review on the topic, including environmental performance assessment instruments and on the data obtained through a questionnaire carefully designed and executed to visitors and hikers who drove to the scene.

It is argued in this thesis that the pursuit of tourism sustainability is a continuous process that requires constant monitoring of impacts and the timely introduction of the measures required in terms of preventive and/or corrective. The target should offer a tourist

experience of quality in order to satisfy tourists, contributing to the repetition of the visit and the destination and, in parallel, should encourage the adoption of sustainable practices and influence the behaviour of tourists, in order to protect the environment and the preservation of the cultural identity of the local community.

KEYWORDS

Berlenga - Environmental Protection – Tourist Motivation – Tourism Search – Tourist Strategy/Planning

I. INTRODUÇÃO

“Desde há muitas dezenas de anos que a Berlenga exerce uma fortíssima atração sobre mim.

Não me recordo porque era pequeno, mas estou seguro de que da primeira vez que fui ao Cabo Carvoeiro e vi a Ilha, me comportei como normalmente me comporto em situação semelhante: invade-me o desejo de ir lá longe, àquela ilha ou àquela montanha que se avista e onde se sabe que se não vai facilmente, mas seguramente se pode ir...”
(Andrade e Silva in Berlengas Histórias e Estórias)

Algumas das principais razões que nos conduziram ao estudo da temática sobre a estratégia turística em destinos sensíveis e de pequena dimensão são diversas, nomeadamente o interesse despertado pela leitura de diversa bibliografia sobre a problemática da conservação do património natural e do ambiente e o desenvolvimento do turismo no espaço da ilha da aquando a pretensão para a execução deste grau de pós licenciatura.

O conhecimento particular de tantos anos vividos e a proximidade do território onde se situa o Arquipélago das Berlengas e as suas fragilidades em termos de desenvolvimento turístico e a falta de estratégia deram-nos também um forte impulso e motivação para a escolha desta temática.

Quando falamos de turismo é preciso saber do que falamos, a que realidade nos referimos, o que e quem queremos identificar. Apesar da extraordinária dimensão que alcançou e de fazer parte integrante do modo de vida das sociedades contemporâneas, e que apesar de toda a gente usar a expressão correntemente, nem sempre as pessoas a utilizam como mesmo significado e nem todas as que ouvem a percebem da mesma maneira. (Cunha 2013:1).

Hoje em dia o turismo ultrapassa todas as barreiras económicas, sendo um sector multifacetado através do qual são feitas várias abordagens de carácter social, cultural, geográfica, meio ambiental, etc.

O património natural é outra temática muito ligada ao fenómeno turístico e que tem despertado muito interesse e estudo na sociedade atual. A crescente importância do tema está associada a processos de globalização e internacionalização do mundo e, também, a atitudes de conservação da natureza.

Esta situação, que é um fenómeno global, verifica-se também na Europa, onde se registou nas últimas décadas uma grave redução e perda de biodiversidade, afetando numerosas espécies e diferentes tipos de habitats, como é o caso das zonas húmidas. Segundo o relatório Dobris, sob a égide da Agência Europeia do Ambiente, este declínio da biodiversidade na Europa ficará a dever-se, essencialmente, às modernas formas de intensiva utilização agrícola e silvícola do solo, à fragmentação dos habitats naturais por força de urbanizações e diversos tipos de infraestruturas, à exposição ao turismo de massas [...]. (MAOT 2001:2)

Esta problemática levou a uma tomada de consciência para os problemas que agravavam e continuam nos dias de hoje a agravar-se em relação ao meio ambiente. Para travar a “extinção” do património natural derivado à procura turística, levou a que muitos países decretem áreas / regiões como “Áreas Naturais Protegidas”.

Nas sociedades modernas ocidentais, as áreas protegidas foram implementadas como uma “categoria” de uso do solo – elas difundiram-se a partir dos EUA com o estabelecimento de um sistema de parques nacionais nos finais do século XIX (Parque Nacional de Yellowstone, o primeiro parque natural do mundo, “for the benefit and enjoyment of the people” - Lei Orgânica do Parque Nacional de Yellowstone, de 1 de Março de 1872. O seu intuito foi o de proteger formas de vida selvagem e as mais belas paisagens (“na sua condição natural”) para fins recreativos; este modelo espalhou-se por todo o mundo e o seu simbolismo ergueu muros em sua volta, excluindo os contextos sociais das áreas protegidas. Hoje reconhece-se que esta ideia estava desenquadrada das realidades locais e procura-se dar um novo sentido ao conceito de proteção: a integração da conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável nos territórios locais e

regionais. Por outras palavras, a proteção procura basear a integração das áreas protegidas com a sua população e paisagem envolvente (Queirós 2001:146).

Na Europa, surgem os primeiros parques naturais no início do século XX. O seu aparecimento prende-se não só com as preocupações ambientalistas na preservação de espécies, mas também com interesses de certas frações da população desejosas de estabelecer uma relação com a natureza.

Segundo Castro (2004), o conceito de “espaço natural protegido” remete para a existência de um estatuto legal de proteção de um espaço natural com base nas suas características ecológicas, ambientais, patrimoniais, paisagísticas e culturais. O processo de proteção dos espaços naturais deve considerar-se um “elemento chave” no ordenamento do território constituindo um facto para o desenvolvimento das áreas rurais nomeadamente na vertente turística.

Para o território nacional, o estabelecimento de uma Rede Nacional de Áreas Protegidas foi, sem dúvida, um marco importante na perspetiva de conservação do património natural.

A Ilha da Berlenga situa-se no concelho de Peniche (Leiria – Portugal), tendo sido elevada à categoria de Reserva Natural pelo Decreto-Lei nº 264 de 1981, constituindo o centro desta tese estando enquadrado nas temáticas anteriormente designadas.

Os objetivos que orientaram a presente tese são os seguintes:

Um dos principais objetivos pretendeu-se em compreender a opinião generalizada de quem visita e pernoita na ilha da Berlenga interpretando os resultados com as dinâmicas e imposições territoriais impostas por lei com a excelência da área de estudo para o turismo.

Análise do fenómeno do turismo, mesmo que sazonal quanto à sua evolução histórica, sua dinâmica à escala nacional.

Análise de possíveis estratégias do âmbito turístico e territorial que tenham ou estejam a ser colocadas em prática de forma a criar melhores condições para acolhimento e satisfação dos visitantes e residentes, focando aspetos essenciais quanto ao património natural na dimensão específica das áreas naturais protegidas.

Nesta perspetiva definimos como objetivo primordial a análise deste território Isolado e de beleza única, que se insere em área natural protegida, de forma a fundamentar eventuais propostas de ordenamento numa perspetiva de desenvolvimento turístico.

A caracterização do título da dissertação de mestrado e tudo o que a mesma envolve, levou ao recurso a metodologias especiais, principalmente na exaustiva escolha da bibliografia, como também no conhecimento da área em estudo.

Tudo passou por um trabalho metódico, deste o primeiro ano de mestrado, tendo o mesmo sido dividido pelos seguintes itens:

- Numa primeira fase, foi feita pesquisa bibliográfica geral, de matriz teórica, relativa ao fenómeno do turismo que possibilitou o conhecimento desta temática quanto à sua evolução histórica a nível mundial e nacional, desde as primeiras viagens até à atualidade, recolhendo informação sobre a temática da motivação turística, refletindo sobre quais as motivações que levam um determinado indivíduo (turista / visitante) a procurar determinados locais, principalmente zonas naturais, áreas protegidas e o que o representa e influência a sustentabilidade dos locais, procedendo assim à recolha de informação de diversa natureza (bibliografia, tratados, convenções internacionais, etc...) que permitissem analisar e compreender a temática e a importância da sustentabilidade dos locais para as comunidades e o impacto que este possa vir a ter para as mesmas e para o local em estudo.

- Numa segunda fase, procedemos à recolha e compilação de legislação à escala da União Europeia no que se refere às políticas de conservação da natureza e património natural. Esta pesquisa foi alargada, posteriormente ao âmbito nacional e local, no que diz respeito à sua classificação, legislação, tipologia, definições e princípios, o que possibilitou a posterior confrontação entre o que era e é pretendido para a conservação do património natural e da rede nacional das áreas protegidas e o que se encontra a ser implementado no local de estudo.

- Na terceira fase da dissertação entrámos no local de estudo, tendo sido recolhido informação sobre o território do Arquipélago das Berlengas, onde se insere a Ilha da Berlenga, sendo esta o principal foco desta tese. Para tal procurámos recolher informação sobre um pouco da história do local, do seu clima, principais aspetos geomorfológicos e paisagísticos, dimensão do local em estudo, sendo este um dado fundamental para o nosso

objetivo, bem como a informação sobre a sua biodiversidade, pois foi derivado a esta que o Arquipélago obteve a designação de Reserva Natural, Rede Natura 2000, Reserva Biogenética, Zona de proteção especial para aves selvagens e posteriormente Reserva da Biosfera da UNESCO.

- Após o reconhecimento do local, passamos para uma análise da Reserva Natural das Berlengas, na sua essência, através da descrição da sua constituição, aspetos institucionais e enquadramento legal, finalizando no seu objetivo primordial.

- Por fim procedemos a uma investigação sobre a estratégia e o planeamento delineado através do plano de ordenamento da Reserva Natural das Berlengas, onde através da sua caracterização socio económica temos uma ideia da sua oferta turística e das suas definições uma descrição detalhada das suas vantagens, oportunidades e potencialidades, bem como das suas vulnerabilidades, ameaças e condicionantes. No entanto apesar desta entidade (Reserva Natural da Berlenga) ser a entidade que vai administrando e gerenciando a área do Arquipélago das Berlengas tentando fazer prevalecer a o respeito pelas regras implementadas, existem outras entidades que têm uma palavra a dizer sobre o planeamento turístico da ilha, a Câmara Municipal de Peniche e a Associação de Amigos da Berlenga, também destas duas iremos fazer uma pequena análise da sua atuação ao longo dos tempos.

- Após a verificação de toda estratégia e técnicas definidas para o local, elaboramos visitas de campo com vista à obtenção de perspetivas concretas fundamentadas no conhecimento pessoal e direto da área, não que o conhecimento do local já não nos fosse intrínseco e o nosso entendimento sobre a matéria já não fosse suficientemente importante depois de tantos anos e tantas horas passadas na Ilha da Berlenga, mas temos que reconhecer que a experiência dos que do local fazem da ilha a sua vida, e o seu trabalho diário, era algo que não poderíamos pôr de parte e tínhamos que ter em conta.

Outro método de estudo e o mais importante passou por saber a opinião de que visita a ilha, seja pela primeira vez, sejam aqueles que a visitam todos os anos mais do que uma vez até. Para tal elaboramos com todo o cuidado um questionário com as questões necessárias para nos dar as respostas que tanto necessitávamos para nos responder às nossas incógnitas.

Por fim e após uma análise metódica dos resultados, apresentamos as nossas conclusões.

II. REVISÃO DA LITERATURA

“Quando falamos de turismo é preciso saber do que falamos, a que realidade nos referimos, o que é que queremos identificar. Apesar da extraordinária dimensão que alcançou e de fazer parte integrante do modo de vida das sociedades contemporâneas, e que apesar de toda a gente usar a expressão correntemente, nem sempre as pessoas a utilizam com o mesmo significado e nem todas as que a ouvem a percebem de mesma maneira. Para uns o Turismo é uma coisa muito séria porque lhes proporciona emprego e rendimento e dele dependem as suas vidas; para outros, é sinónimo de diversão para ricos e ociosos.” (Cunha.2013:1)

2.1 O Fenómeno do Turismo

O conceito de turismo surge com o aparecimento das primeiras viagens organizadas. Através da revolução industrial e com o aparecimento de transportes de longas distâncias, originou a movimentação de pessoas, não só em deslocações para trabalho, o que hoje denominamos de turismo de negócios, bem como para lazer. Hoje em dia é dos sectores mais importantes para o bem-estar individual e financeiro.

Perez (2009:16) citando Bohn, refere que a procura de países, climas e povos diferentes tem a sua origem no passado, o fascínio pela diferença foi grande na história da humanidade. Na Roma Imperial as elites viajavam para a ilha de Capri e para as cidades como Pompeia ou Hercules para passar férias.

Cunha (2013:22) refere que não é possível localizar no tempo o início das primeiras viagens mas poderá atribuir-se aos sumérios o mérito de terem criado as condições para o seu desenvolvimento. A eles se deve a invenção da moeda e o desenvolvimento do comércio, há cerca de 6000 mil anos, que deram origem a uma movimentação de pessoas

até então desconhecida. Com as posteriores invenções da escrita cuneiforme e da roda, criaram as primeiras condições que possibilitaram a realização das viagens, não só para efetuar transações comerciais, mas também para outros fins, como se deduz da epopeia de Gilgamesh¹.

Por outro lado Perez (2009:18) citando Alvarez Sousa, refere que a própria palavra turismo tem a sua origem etimológica em “tour”, que era a viagem que nobres ingleses, alemães e outros realizavam pela França, deste fim do século XVII. Segundo Vicente (2012:195), D. Pedro V paradoxalmente incorporava nova e velhas práticas do viajante e do viajar. O príncipe viajava para finalizar a sua educação e se preparar para o seu futuro papel de soberano, era acompanhado por um vasto séquito e retratado pelos mais famosos pintores e fotógrafos; mas, por outro lado, os espaços geográficos e institucionais, onde a sua educação prática é levada a cabo, são muito distintos daqueles procurados pelos aristocratas do século XVIII, que viajavam em Itália para consolidar a sua formação teórica. Num momento de multiplicação dos motivos e interesses da viagem, D. Pedro V exemplifica bem o tipo do viajante que procura a modernidade do século.

Fourastié (citado por Ruschmann,1997:13), refere que a palavra turismo surgiu no século XIX, no entanto, este tipo de atividade desenvolveu-se desde as mais antigas civilizações, estendendo as suas raízes ao longo da história.

Para Barreto (2006:9) a partir do momento em que começaram os estudos científicos do turismo, muitas definições têm sido dadas, tanto para turismo quanto para turista. Segundo a autora a primeira definição remonta-se a 1911, em que o economista austríaco “Hermann von Schullern zu Schattenhofen” escrevia que “turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente os económicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado”

Bridi e Santos (2014:52) referem que a partir do ano de 1929, observa-se o surgimento de um número considerável de definições pela então denominada “escola

¹ - 'A epopeia de Gilgamesh' reúne poemas que precederam às epopeias homéricas tratando-se de uma mistura de aventura, moralidade e tragédia, nas quais se conta as viagens de um rei sumério a quem teriam sido dadas orientações por uma divindade.

berlinesa”², entre as quais se destaca a conceituação de “Ropert Glücksmann”, para quem o turismo consiste no “[...] vencimento do espaço por pessoas que vão para um local no qual não têm residência fixa”.

Barreto (2006:9) cita vários autores com variadíssimas definições que se enquadram dentro da mesma temática da escola berlinesa, tais como Schwink, que define que “o turismo é o movimento de pessoas que abandonam temporariamente o lugar de residência permanente por qualquer motivo relacionado com o espírito, o corpo ou a profissão” ou Morgenroth que define turismo como “o tráfego de pessoas que se afastam temporariamente do seu lugar fixo de residência para deter-se em outro local com o objetivo de satisfazer as suas necessidades vitais e de cultura ou para realizar desejos de diversas índoles, unicamente como consumidores de bens económicos e culturais”.

No entanto anos mais tarde outras concepções foram adquiridas sobre o turismo e que se encontravam fora da esfera da “escola berlinesa”. Souza (2010) refere que o turismo passou então a ser conectado com o sector de atividade de lazer, passava a ser visto como sendo uma mercadoria a ser consumida, pensando-se na manutenção de um mercado turístico. Segundo o autor, existe uma aproximação do turismo ao lazer, uma vez que este também é visto por alguns autores como uma forma de ocupação do tempo.

Para Cunha (2001:13) o turismo tal como concebemos na atualidade resulta fundamentalmente do lazer, embora muitas das viagens que integram o conceito de turismo se realizem no exercício de uma atividade profissional ou de uma ocupação intelectual não implicando, portanto, necessária mente o lazer.

Para a OMT³ o turismo é um fenómeno social, cultural e económico que envolve o movimento de pessoas para países ou locais fora do seu ambiente habitual para fins pessoais ou de negócios/profissional. Essas pessoas são chamadas de visitantes (que podem ser turistas ou viajantes; residentes ou não residentes) e turismo tem a ver com as suas actividades, alguns dos quais implicam despesas de turismo.

² - De 1914 a 1918 e 1939 a 1945, economistas de países europeus como França, Inglaterra e Alemanha destinaram esforços significativos para a busca de uma compreensão do turismo, originando escolas de grande destaque. Assim, foi criado no ano de 1929 o Centro de Pesquisas Turísticas, na Faculdade de Economia da Universidade de Berlim, que ficou conhecida como a “Escola Berlinesa” e dedicou-se ao estudo do turismo.

³ - Organização Mundial de Turismo

Para Cunha (2013:8) o turismo é uma transferência espacial do poder de compra originada pela deslocação de pessoas: os rendimentos obtidos nas áreas de residência são transferidos pelas pessoas que se deslocam para outros locais onde procedem à aquisição de bens e serviços. Nesta conceção, o visitante é considerado como um puro consumidor cujos atos de consumo não têm relação com a obtenção de rendimento mas um consumidor que está fora do seu ambiente habitual.

Em meados da década de setenta ou oitenta a participação no turismo estava restrita a uma elite que dispunha de tempo e de dinheiro para realizar as suas viagens. Atualmente, a maioria das pessoas dos países em desenvolvimento, realizam viagens turísticas uma ou várias vezes por ano. Assim o turismo já não é uma prerrogativa de alguns cidadãos privilegiados; a sua existência é aceite e constitui parte integrante do estilo de vida para um número crescente de pessoas em todo o mundo.

Para Cunha (2013:21) foi o progresso económico e social operado no século dezanove que permitiu o acesso às viagens é generalidade das populações, com a conseqüente implantação e desenvolvimento de uma vasta rede de equipamentos destinados a produzir os bens e serviços para satisfação das necessidades decorrentes dessas viagens.

Contudo, a natureza dessas viagens, o desejo de conhecer outros povos e de estabelecer relações com outras civilizações foi sempre uma constante na história do homem. Por razões religiosas, comerciais, políticas, de expansão territorial ou por simples curiosidade, a história do homem está profundamente ligada às deslocações e às viagens.

Perez (2009:18) refere que a revolução industrial e burguesa provocaram uma mudança sociocultural muito importante, por um lado os transportes, como por exemplo o comboio, a bicicleta ou o carro facilitariam as viagens, e por outro a burguesia imitaria os costumes da aristocracia. O comboio, não só veio permitir que as pessoas viajem mais rápido e mais longe, mas também veio provocar uma nova visão do mundo.

Assim sendo o aperfeiçoamento do sistema ferroviário e a utilização de outros meios de transporte, tais como, navios a vapor, automóvel e avião (estes últimos após as duas Grandes Guerras Mundiais) utilizados nas atividades turísticas contribuíram de forma

decisiva para a evolução do turismo. No entanto, foi a Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra no século XVIII, que transformou o conceito de viagens.

De acordo com Dias e Aguiar (citados por Miguel & Silveira,2008), foi através desta revolução que surgiram fatores como diminuição na jornada de trabalho, o descanso semanal e o direito a férias anuais remuneradas, que passaram a contribuir significativamente para o incremento das atividades ligadas ao lazer e viagens. Da mesma forma que Boyer, citado pelos mesmos autores, acrescenta que neste mesmo período houve uma sensível melhoria nos meios de transporte e nos serviços de alimentação, assim como o aparecimento dos primeiros meios de hospedagem tornando esse momento da história o início das práticas turísticas tais como são conhecidas nos dias atuais.

Para Ruschmann (1997:15) os anos de 1950 a 1970 caracterizaram-se pela massificação da atividade: quando os voos *charters* e os “pacotes turísticos” conduziram milhares de pessoas às partes mais remotas do planeta, além de conduzi-las a localidades nos próprios países emissores (turismo interno). Nos anos 80, a prosperidade económica dos países desenvolvidos fez com que a grande maioria da sua população usufrísse de férias pelo menos duas vezes por ano e as mais diversas categorias profissionais tiveram acesso às viagens turísticas empreendidas em grupo ou isoladamente.

Para Cunha (2013:21), a natureza das viagens, os seus fins, a sua dimensão e extensão, bem como a forma que assumiram, foram adquirindo características muito diferentes de época para época até alcançarem aquilo a que já se chamou “Idade da Viagem”, tal como se fala numa idade da agricultura, da indústria ou da eletrónica.

De facto, assim como o século XVIII deu origem à revolução industrial que transformou o mundo, também o século XX deu origem à revolução turística que produziu uma transformação fundamental da humanidade cujos efeitos ainda não podem ser avaliados com toda a profundidade.

O mesmo autor refere que de acordo com as características da evolução registada ao longo dos tempos podemos identificar três épocas históricas do turismo: a idade clássica, a idade moderna e a idade contemporânea, que obviamente, não coincidem com as idades históricas do mesmo nome.

Obstante das diversas épocas que foram passando ao longo dos tempos, Perez (2009:17) refere ainda que hoje em dia, os contactos entre todas as partes do mundo intensificaram-se, sem deixar de existir assimetrias ou desigualdades, as interligações têm aumentado.

Para Cooper (2005), o turismo é hoje uma atividade de enorme importância e de significado mundial e tem um enorme poder na economia mundial, podendo produzir um impacto negativo nos ambientes culturais e naturais das comunidades anfitriãs, que são a matéria-prima dos produtos turísticos.

2.2 – Turismo de massas

De acordo com Batista (2010) foi o aparecimento dos voos charter que induziu a procura de novos destinos. Na Europa, o turismo passou a realizar-se em grande parte para fora do continente com grande destaque para zona das Caraíbas, tornando-se estes destinos bastante apelativos e competitivos. A mesma autora refere que derivado a essa competição surgiu uma “guerra” entre agências de viagens, o que conduziu a uma descida dos preços tornando o turismo definitivamente acessível para a maioria dos países desenvolvidos, convertendo-se num fenómeno de massas.

A crise do petróleo veio acalmar um pouco o crescimento deste fenómeno que até esta altura era bastante acentuado, indo ao encontro da necessidade de uma maior contenção, traduzindo-se numa procura de um novo conceito de turismo.

Várias definições de turismo foram surgindo tornando-se o mesmo bastante diversificado. Cunha (2001:47) refere que, por afinidades, os motivos que levam as pessoas a viajar é possível identificar uma grande variedade de tipos de turismo. Há pessoas que viajam para conhecer outros povos e civilizações, ou para visitar os grandes centros arqueológicos que constituem testemunho de civilizações e culturas do passado, como existem pessoas que viajam para assistir a festivais de música.

Para Barreto (2006:18) de acordo com um critério territorial, o turismo será internacional quando implica atravessar uma ou várias fronteiras, portanto, a denominação aplica-se tanto aos turistas nacionais quanto aos estrangeiros.

Por outro lado e segundo a autora se considerarmos o volume, o turismo pode ser de minorias ou de massas. Este critério não se refere ao número de pessoas que viajam em determinada ocasião, mas ao número de pessoas que habitualmente requer determinado tipo de serviço. Por outro lado, existem quase tantos tipos de turismo como interesses humanos. Dito isto, podemos mencionar o turismo cultural (pessoas que se deslocam para conhecer marcos artísticos ou históricos), turismo de consumo (excursões organizadas com o objetivo principal de adquirir produtos), turismo de formação (relacionado com os estudos), turismo gastronómico (para desfrutar da comida tradicional de um determinado local), turismo ecológico (baseado no contacto não invasivo com a natureza), turismo de aventura (para praticar desportos de risco/de aventura de carácter recreativo), turismo religioso (relacionado com acontecimentos de carácter religioso) e inclusive o turismo espacial (negócio recente que organiza viagens para o espaço).

Aquelas destinações turísticas que todo mundo quer, pertencem ao turismo de massas, enquanto aqueles destinos para os quais poucas pessoas pretendem descolar-se, pertencem ao segmento de minorias.

Segundo Ruschmann (1997:13) o conceito de turismo de massas surge com o culminar da II Guerra Mundial, altura em que se verificava uma significativa evolução do setor da aviação, evoluindo a partir desse marco histórico, como consequência dos aspetos relacionados à produtividade empresarial, ao aumento do poder de compra e ao bem-estar resultante da conquistada paz no mundo.

Para Deprest (1997:10) é durante o período que vai dos anos 1950 aos anos 1970 que o termo «turismo de massas» surge e se difunde. A frequência de certos lugares aumentava então um pouco mais todos os anos, atingindo deste então taxas superiores a 20 por cento por ano.

Segundo Barreto (2006:29) citando Cohen, o turismo de massas tem duas designações, o turismo de massas individual, que são aqueles que viajam por intermédio de agências de viagens para locais conhecidos e os turistas de massa organizados, que

procuram sempre fazer uma viagem familiar dentro de uma “bolha ambiental” que lhes dê segurança.

Para Castro (2004) o fenómeno da urbanização, com o decorrente crescimento das cidades, aumenta os desejos de evasão, devido ao ritmo acelerado que se vive, e incrementa a aquisição de residências secundárias na periferia das grandes aglomerações, fomentando os fluxos da cidade para o campo, montanhas ou áreas costeiras. Julgamos que o grande desenvolvimento que o turismo em espaço rural apresenta nos dias de hoje resulta do aumento da procura, por estes espaços, que se terá iniciado após os anos cinquenta.

Deprest (1997: 26) refere que o turismo é de massa porque a sociedade também o é. O turista de massa não é mais do que uma expressão desta sociedade: um modo de produção e de comercialização da viagem classificada como «indústria» turística.

Para o mesmo autor a crítica do turista de massa passivo e alienado ao mercado apoia-se na crítica do lazer como prática livre ou libertada. Citando Dumazedier, refere que o lazer seria uma alienação, uma ilusão da livre satisfação das necessidades do indivíduo dado que estas necessidades são criadas, manipuladas pelas forças económicas da produção e do consumo de massa, consoante os interesses dos seus patrões.

Tal facto remete-nos para a problemática dos factores de motivação que levam o turista a procurar determinado local, em alguns casos por moda do local, ou até mesmo por definição do mercado e da imagem criada para promoção de determinado produto turístico.

2.3 – Motivações e experiências da procura turística

O crescimento contínuo das viagens após a Segunda Guerra Mundial devido, principalmente, à melhoria do nível de vida da população e ao desenvolvimento dos transportes provocou, ao nível do sistema turístico, uma maior atenção e estudo por parte dos analistas para a procura turística. Por estes e outros factos, a forma de vida das populações alterou-se, bem como as necessidades físicas e psicológicas que essas mudanças provocaram nas pessoas. Todos nós sentimos a necessidade de mudança, seja ela temporária ou definitiva, sendo que a única forma que as pessoas têm para se libertar do

ambiente em que vivem é sair dele. (Andrade, 1999; Esteves, 2002; Castro, Esteves e Martins, 2010).

Sabbag, Savy e Silva (2004) determinam que alguns factores determinantes de motivação para o turismo correspondem ao facto da sociedade encontrar-se embutida num mercado de trabalho cada vez mais stressante e competitivo; com isso, torna-se difícil para as pessoas separar o trabalho das horas de lazer, principalmente no aspecto psicológico desta relação, as pessoas acabam por unificar a relação trabalho/ turismo. Existem pessoas que não conseguem encontrar um estado psicológico satisfatório no ambiente em que trabalham, independentemente de gostarem ou não do que fazem, sendo assim, reservar um tempo para o lazer torna-se uma motivação para a busca de um estado psicológico satisfatório.

Gletman, Fridlund e Reisberg (2007:669), referem que muitos teóricos defendem que algumas “*emoções básicas*” estão na base da grande variedade de emoções que os seres humanos são capazes de experimentar, que as “*emoções complexas*” que sentimos são compostos dessas emoções básicas.

Ao falarmos de Experiência Turística, é essencial falar também do chamado “Novo Turista”, um consumidor mais informado, exigente, com várias emoções e motivações, que procura experiências únicas, individuais, personalizadas ao contrário do chamado “Turismo de Massas”, num contexto de padronização e de industrialização sem observar as necessidades específicas de cada turista. A experiência é dinâmica, é intrapessoal, é intangível pelo que a mesma se mede através dos comportamentos.

Amirou (2007:7) questiona se corresponderá o turismo a uma «necessidade» humana?, reflecte então que não se trata aqui, obviamente, de empreender uma reflexão de marketing, mas sim de tentar evidenciar as variáveis psicossociológicas que explicam a necessidade das férias. Para tal o autor analisou diversas variáveis, tais como a idade, os rendimentos, o local de residência, a duração e o tipo de trabalho, sempre tendo em conta o termo «necessidade». Citando Maslow, refere que “para além das necessidades fisiológicas, o individuo age em função de necessidades psicológicas de segurança, pertença e reconhecimento sociais, tendo esta tese sido contestada pelo fato, de as «necessidades» serem moldadas pela história, pelos costumes e pelo ambiente cultural”.

Muitos dos motivos da viagem são de domínio do subconsciente e os próprios turistas não os sabem identificar e por isso os estudos das motivações turísticas mostram que as pessoas declaram viajar pelas mais variadas razões frequentemente identificadas com as características ou atributos dos locais que desejam visitar ou que já visitaram: as diferentes culturas, praticar desportos, ver monumentos famosas, ver paisagens espectaculares.

As razões, os motivos, isto é, os factores endógenos que levam as pessoas a deslocar-se são variados e complexos e dependem de uma gama diversificada de factores desde psicológicos aos económicos e culturais. Por exemplo, a internacionalização e a interdependência da vida económica, política e cultural, provocam uma forte movimentação de pessoas que integra o conceito de turismo, mas cujos motivos de deslocação são facilmente identificáveis e comuns a todos os viajantes de todas as nacionalidades: o motivo da participação numa conferência sobre a «gripe das aves» será idêntico para todos os participantes e o local para onde se deslocam é o mesmo.

Já porém, assim não se passa relativamente às deslocações de carácter individual realizadas durante os tempos livres que têm na sua origem motivações complexas e extremamente diferenciadas. (Cunha 2013:89)

Gnoth (1997) defendia que a necessidade de férias depende de desejos tais como a autorrealização, autoestima e estatuto social. Tal como refere que as perceções sobre um destino podem ser reduzidas a uma perspectiva comportamental ou cognitiva. As estruturas cognitivas constituem o ponto a partir do qual a formação da imagem representa a integração de estímulos externos e internos no conjunto de sensibilização (“awareness set”). De uma forma geral, pode-se concluir que as perceções são determinadas por motivos pessoais e interpessoais (motivos “push”), e também pela forma como os turistas percebem os atributos do destino, (motivos “pull”). Por outro lado, segundo McCabe (2000) as motivações dos turistas devem ser percebidas como um conceito multidimensional no qual diferentes entendimentos sobre os seus construtos são determinados pela decisão do turista. (Correia et al., 2007; Mallou e Rodrigues 2014).

O modelo *push-pull* de Crompton fornece uma contribuição muito útil para examinar as motivações que explicam o comportamento dos turistas e resulta da decomposição das decisões dos turistas na escolha dos destinos a visitar em duas forças: os

factores *push* e *pull*. A primeira empurra o turista para fora (de casa) e traduz-se no desejo de ir a algum lugar sem especificar onde; a segunda é uma atração numa região específica que atrai os turistas, compreendendo características tangíveis ou atributos de um destino. Quando a publicidade mostra uma praia ensolarada com banhistas descontraídos gera tanto uma força *push* que tenta os potenciais turistas a deslocarem-se como promove um local específico que eles podem eleger como destino (*pull*). (Cunha 2013:100)

Vários investigadores identificaram diversas teorias sobre os factores motivacionais, Middleton (1994), citado por Castro, Esteves e Martins (2010), agrupa os factores motivacionais em: motivos profissionais; motivos físicos/ psicológicos; motivos culturais; motivos sociais/ interpessoais e étnicos; motivos de entretenimento/ diversão/ prazer e motivos religiosos.

Cunha (2013) refere que Crompton e McKay (1997) adotaram sete domínios motivacionais dentro do factores push, que de correm da identificação a que Crompton procedeu em 1979.

- Novidade: Corresponde ao desejo de procurar novas e diferentes experiências através das viagens de prazer, experimentar emoções, aventura e surpresa e aliviar o aborrecimento;
- Socialização: desejo de interagir com um grupo e os seus membros;
- Prestígio/status: desejo de alcançar um elevado nível de reputação aos olhos das outras pessoas;
- Repouso/relaxamento: desejo de refrescar física, mental e psicologicamente da pressão do dia a dia;
- Valor educacional/enriquecimento: desejo de ganhar conhecimentos e expandir os horizontes intelectuais;
- Reforço do parentesco e das relações/família junta: desejo de aumentar as relações familiares e com os amigos;
- Regressão: desejo de encontrar um comportamento reminescente da juventude.

Fakeye e Crompton (1991), (citados por Kim *et al.*, 2003 e Cunha 2013) identificaram seis domínios dentro dos factores pull, referindo-se às atrações turísticas (sol,

mar, cultura, paisagem), ou seja, aos atributos dos destinos que correspondem aos fatores sociopsicológicos individuais e os que reforçam na decisão da viagem podendo ser atrativos tangíveis (praias, recursos histórico-culturais) ou intangíveis (imagens, percepções, expectativa). Assim sendo os mesmos agruparam estes fatores em «oportunidades sociais e atrações», «facilidades naturais e culturais», «acomodação e transporte», «infraestruturas, alimentação e cordialidade do povo», «amenidades físicas e actividades de recreio», «bares e entretenimento nocturno».

Por sua vez, Cunha citando (Beerli e Martin, 2003), refere que na realização do estudo efetuado por estes dois investigadores, sobre a imagem percebida de Lanzarote como destino turístico, os mesmos propuseram as seguintes dimensões e atributos que determinam a imagem de um destino turístico:

- Recursos naturais: clima, praias, riqueza dos cenários;
- Infraestrutura geral: aeroportos, transportes, telecomunicações;
- Lazer turístico e recreio: parques temáticos, entretenimentos e actividades desportivas;
- Cultura, história e arte: edifícios históricos e monumentos, gastronomia, religião, festivais;
- Ambiente natural: beleza dos cenários e cidades, limpeza, congestionamento do tráfego;
- Atmosfera do local: local luxuoso, fama e reputação, exotismo, local relaxante.

No entanto tem sido considerado que os factores *push* e *pull* ocorrem e atuam em momentos diferentes na decisão dos visitantes: uns focalizados na decisão de ir e, outros, na escolha do aonde ir. Nesta perspectiva, os primeiros precedem os segundos.

Assim como existem pessoas que são motivadas a fazer turismo para fugir da vida stressante do trabalho, existem pessoas que optam por fazer turismo simplesmente porque querem “provar” algo diferente ou então pela busca da excitação. A motivação impulsiona-nos a agir através do impulso e também por contingentes externos, como o incentivo que o meio ambiente nos proporciona. Partindo-se desta premissa, o homem turista pode

despertar a sua atenção ao turismo, tanto pela necessidade quanto pelo desejo (Sabbag, Savy e Silva, 2004).

No aspeto ambiental o que motivará os turistas a escolherem determinado destino? Lima e Partidário (2002) citando Swarbrooke e Horner (2001), mencionam que várias podem ser as motivações que levam os turistas a comportarem-se de diferentes maneiras perante as questões ambientais, entre as quais:

- Crença altruísta na necessidade real de proteger o ambiente;
- Desejo de ter um bom comportamento como turista;
- Desejo de promover uma imagem entre os seus como defensor do ambiente.

Pode-se discutir, contudo, até que ponto tais atitudes e comportamentos justificam, actualmente, uma mudança de estratégia por parte de empresas e organizações de forma a responderem às necessidades e convicções de um novo segmento de mercado emergente.

É legítimo questionar a pertinência de tais iniciativas estratégicas para a melhoria da quota de mercado de uma empresa do sector. Será que os turistas seleccionam deliberadamente um hotel ou restaurante por causa do seu desempenho ambiental? Mas será que não o fazem ao seleccionar um destino turístico pelos seus índices superiores de qualidade ambiental e/ou de identidade cultural?

As mesmas autoras referem que já existe uma expectativa por parte dos consumidores de que turismo sustentável equivale a baixas densidades de procura, serviços e tratamento individualizado do cliente, contacto com ambientes saudáveis e espaços ecologicamente equilibrados, tradições e ambientes com forte identidade cultural, enfim um conjunto de condições que, de um modo geral, se opõe à noção pré-estabelecida e, de algum modo, a um preconceito negativo associado ao turismo de massas.

No entanto esta noção de turismo sustentável pressupõe a existência de um novo turista, um turista que se quer afastar dos destinos tradicionais que o mercado oferece como os grandes destinos turísticos, e que quer sentir outras experiências de menor escala e de contacto mais directo com as realidades locais.

2.4. Turismo Sustentável

A exploração descontrolada dos recursos que a natureza colocou ao dispor do homem conduziu a que ocorressem fenómenos de degradação de espaços naturais, muitas vezes, sem poder de reversibilidade. Esta situação originou o aparecimento de movimentos em favor da salvaguarda e preservação do património natural que estão, eles próprios, na génese dos espaços naturais protegidos. A sua deterioração, com o consequente desaparecimento de espécies ameaçadas, o aquecimento global ou a degradação acelerada dos solos, aumentou as energias dos movimentos em favor do património natural. Na sociedade atual, em constante mutação, os espaços naturais protegidos desempenham um papel importante na qualidade de vida das populações. Estes espaços, pelas características que possuem, permitem a sua utilização para atividades turísticas e constituem-se, por isso, como um verdadeiro património que se deve conservar e salvaguardar (Castro, 2004).

Em 1980 a OMT convocou a primeira conferência mundial de turismo celebrada em Manila (Filipinas). A declaração de Manila, referia então, a necessidade de se criar “ (...) uma oferta bem concebida e de qualidade e que simultaneamente proteja e respeite o património cultural, os valores do turismo e o ambiente natural, social e humano” refere ainda “a necessidade para que se redobrem os esforços para evitar que se ultrapasse a capacidade ecológica do ordenamento turístico, para conservar e valorizar o património artístico e natural, para promover o valor educativo do turismo, e para proteger as espécies de fauna e flora, em benefício das gerações futuras (...)”, que dá o enquadramento necessário à prática de um turismo sustentável.

A temática do turismo sustentável teve um grande impulso com a criação do Comité do Ambiente da OMT, integrando representantes das áreas do turismo e do ambiente, tendo como objetivo definir as suas linhas orientadoras de trabalho.

“O turismo sustentável é um modelo de desenvolvimento económico concebido para melhorar a qualidade de vida da comunidade recetora, e proporcionar ao visitante uma experiência de elevada qualidade e simultaneamente manter a qualidade do meio ambiente de que dependem a comunidade anfitriã e visitantes.” (OMT, 2005).

O turismo responsável tem na sua essência um modelo comum, transversal a todos os tipos de turismo, mesmo a um turismo de massas, refletido nas práticas de gestão. A sustentabilidade turística está presente na importância que a gestão ambiental assume, a par com o desenvolvimento económico e sociocultural. (OMT, 2005).

De acordo com a informação fornecida pela OMT na sua página oficial o turismo sustentável deve atender às seguintes considerações:

- Otimização dos recursos naturais, sem que ocorra a deterioração dos processos ecológicos essenciais, contribuindo simultaneamente para a conservação dos recursos naturais e para a biodiversidade;
- Respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades anfitriãs, preservar os recursos naturais, patrimoniais e culturais bem como todos os valores tradicionais, contribuindo para o intercâmbio e tolerância intercultural;
- Assegurar a viabilidade das atividades económicas a longo prazo, proporcionando benefícios socioeconómicos para todos os agentes envolvidos distribuídos equitativamente, nomeadamente no que se refere às oportunidades de emprego de longa duração, bem como na dotação de meios e serviços para as populações de acolhimento, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida;

Para Pires (2002), as propostas de um “turismo alternativo” receberam um grande impulso logo após a conferência de Manila, pois passou a considerar-se que o turismo só deveria existir caso o seu principal objetivo fosse a melhoria da qualidade de vida das populações.

O mesmo autor citando Lafant & Graburn (1992), refere que ao observar-se o panorama turístico as opções pelo “turismo alternativo” na sua etapa inicial parecem ter cumprido a sua missão, a de alertar a sociedade sobre os desvirtuamentos que existiam na altura no turismo convencional, sendo que continuam a existir, estes originaram inúmeras e desejáveis segmentações entre elas o ecoturismo.

O conceito de turismo sustentável e de desenvolvimento sustentável, tem na sua génese os mesmos princípios norteadores. Poder-se-á referir que um desenvolvimento

sustentável pressupõe também a sustentabilidade da actividade turística, no entanto, a diferenciação de conceitos e uma breve incursão pelos seus fundamentos teóricos, permitem uma melhor compreensão dos mesmos e da importância da sua operacionalização para ordenamento e gestão das áreas protegidas.

A articulação entre protecção da qualidade do ambiente e promoção do desenvolvimento económico, parece ter encontrado na expressão «Desenvolvimento Sustentável» um paradigma de suporte. É interessante constatar como um conceito com limites conceptuais pouco nítidos, e cujo valor prático se mostra ainda questionável, tem contribuído para a geração de consensos entre domínios considerados conflituosos e mesmo contraditórios.

Os padrões de crescimento e desenvolvimento recentes têm sido responsáveis pelo agravamento dos problemas de qualidade ambiental decorrentes do rápido crescimento populacional, da urbanização, da crescente utilização de recursos e produção de resíduos e do aumento dos níveis de consumo e consequentes impactes ambientais, o que leva à procura de modelos que minimizem estas acções procurando esse desenvolvimento sustentável (Batista 2010: 9).

O conceito de desenvolvimento sustentável teve a sua origem na Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas em 1987 e visa satisfazer as necessidades do presente sem prejudicar as das comunidades futuras e baseia-se em dois conceitos: necessidades (com o intuito de identificar as áreas prioritárias de acção) e limitações (muitas vezes impostas pela tecnologia e organização social ao meio ambiente, que por sua vez pode ter dificuldade em satisfazer as necessidades presentes). Deste modo, o desenvolvimento sustentável requer “*uma transformação progressiva da economia e da sociedade*”, (Fundação Getulio Vargas, 1991), assim sendo minimizando os impactos sobre os recursos naturais e garante a qualidade dos ecossistemas a médio-longo prazo.

Para Ruschmann (1997) o relacionamento entre o meio ambiente e o turismo não é nem será simples, são registadas imensas situações de conflito e mediante a sua fragilidade cada medida de precaução pode produzir um efeito adverso e perverso que será difícil de controlar. Logo o grande desafio reside em encontrar o equilíbrio entre o desenvolvimento da actividade turística e a protecção ambiental.

2.5. Impactos do turismo

Para se entender os impactos que o turismo causa no ambiente, é necessário compreender a sua aceção mais ampla, o conceito de ambiente, que envolve, além do meio natural, as dimensões socioculturais e económicas. Assim, a análise dos impactos do turismo sobre o ambiente deverá definir em qual dessas dimensões está focado.

O turismo provocará impactos positivos e negativos no ambiente por si só, tendo em vista a complexidade das relações de interdependência entre os seus elementos. Os efeitos desses impactos ocorrerão no tempo e no espaço, envolvendo o Homem, a sociedade e o meio natural (Ferretti 2002: 50), tendo sido iniciado a pesquisa e o estudo sobre os mesmos a partir do início da década de 80, quando o turismo teve uma enorme evolução.

Os impactos do turismo referem-se à gama de modificações ou à sequência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimentos turístico nas localidades receptoras. As variáveis que provocam os impactos têm natureza, intensidade, direcções e magnitude diversas; porém, os resultados interagem e são geralmente irreversíveis quando ocorrem no meio ambiente natural. Têm origem num processo de mudança e não constituem eventos pontuais resultantes de uma causa específica, como por exemplo, um equipamento turístico ou um serviço. São a consequência de um processo complexo de interacção entre os turistas, as comunidades e os meios receptores. Muitas vezes, tipos similares de turismo provocam impactos diferentes, de acordo com a natureza das sociedades nas quais ocorrem.

Vera define que há cada vez mais consciência do facto de que o turismo gera impactos sobre o meio ambiente. Estes podem ser positivos ou negativos, sendo muito importante adaptar uma perspectiva relacional entre humanos e o meio ambiente. Os turistas, os tipos de turismo e os locais são diversos e o ambiente varia segundo os contextos geográficos e culturais. Por sua vez Santana refere que o turismo recorre ao contorno natural, ocupa um espaço e utiliza recursos do meio ambiente, portanto, estudar os seus efeitos sobre a natureza torna-se básico para perceber os impactos do sistema turístico. Uma paisagem, não atrai um ideal de paisagem, um paraíso exótico suficientemente familiar, uma imagem à medida do consumidor. Há duas maneiras de

interpretar os impactos turísticos sobre o meio ambiente (Ver Tabela 1.1), positivos / benefícios ou negativos / custos (Perez 2009: 81-82).

Tabela 1- Impactos positivos/benefícios e negativos/custos do turismo

Positivos/Benefícios	Negativos/Custos
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Restauração de monumentos; ➤ Conservação de restos arqueológicos e de recursos naturais; ➤ Estimulo para a conservação e melhoria da paisagem; ➤ Criação de parques naturais, protecção de áreas naturais; ➤ Introdução de medidas de planificação e gestão; ➤ Sensibilização. 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Muita gente; ➤ Massificação; ➤ Barulho; ➤ Erosão do solo e degradação da paisagem; ➤ Problemas com as águas residuais; ➤ Zonas de lixo não controladas; ➤ Esgotamento de recursos; ➤ Deterioração do habitat natural, da fauna e da flora; ➤ Desenvolvimento urbano não integrado na paisagem ➤ Regressão do espaço natural.

Fonte: Adaptado de Santana (1997) e de Crosby e Moreda (1996)

Apesar dos impactos no turismo poderem ser também do âmbito económico e sociocultural, no nosso caso de estudo, os impactos ambientais atingem uma dimensão superiores, uma vez que devemos assegurar o uso sustentável dos recursos naturais a fim de garantir a sustentabilidade do desenvolvimento e a manutenção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, assim sendo os restantes impactos complementar-se-ão de forma a proteger os impactos negativos, através de estratégias devidamente articuladas para um turismo sustentável.

As estratégias desenvolvidas no turismo sustentável são orientadas para programar a visitaçao de forma a maximizar os benefícios e minimizar os impactes ambientais negativos, evitando sempre que possível a sua ocorrência, o que depende claramente de uma estratégia bem delineada (Batista 2010).

A ilha da Berlenga derivada à sua dimensão reduzida e pela sua designação de área protegida (ver 3.3 – Tipologias- Página 34) necessita de cuidados acrescidos, pelo que se torna necessário promover a sua conservação e manutenção, de forma a minimizar

os seus recursos não-renováveis e consequentemente minimizando os impactos negativos impostos com a procura excessiva da reserva natural.

Para Tershy (1999) os ecossistemas de ilhas pequenas são suscetíveis ao uso humano, e os impactos negativos dos visitantes pode ser extremo. Assim, o número de visitantes que podem visitar uma pequena ilha, sem causar danos significativos é frequentemente muito mais baixa do que em áreas continentais cujo ecossistema possa ser comparável.

Ferretti (2002 51:52) refere que muitas das acções que provocam impactos sobre o meio ambiente não tinham como objectivo tais consequências. Citando Boullon, define os seguintes grupos como responsáveis pelos impactos negativos provenientes da procura turística, a riqueza, a administração pública, a população local e a pobreza. Para o autor a combinação do poder da riqueza com a ignorância e a cumplicidade dos governos, aliada à indiferença da população local, produz o fenómeno da especulação imobiliária, sendo que no local em estudo podemos referir que pode produzir apenas o fenómeno da exploração desmesurada, uma vez que actualmente está interdita a qualquer tipo de construção não autorizada e vigiada.

2.5. Produto turístico e a capacidade de carga

Quando falamos em produto turístico, não falamos como um produto no sentido material, pois abarca tanto os bens físicos como os serviços que caracterizam um destino específico e que fazem parte da experiência que vive um determinado turista no lugar, podendo este ser decomposto em três elementos:

- Recursos Básicos ou Primários;
- Recursos Secundários ou Instalações;
- Recursos Terciários ou Complementares.

Os recursos primários ou básicos resultam quer da acção da natureza (recursos naturais), quer da acção do homem (recursos culturais). Estes recursos constituem uma condição indispensável para o surgimento do produto turístico.

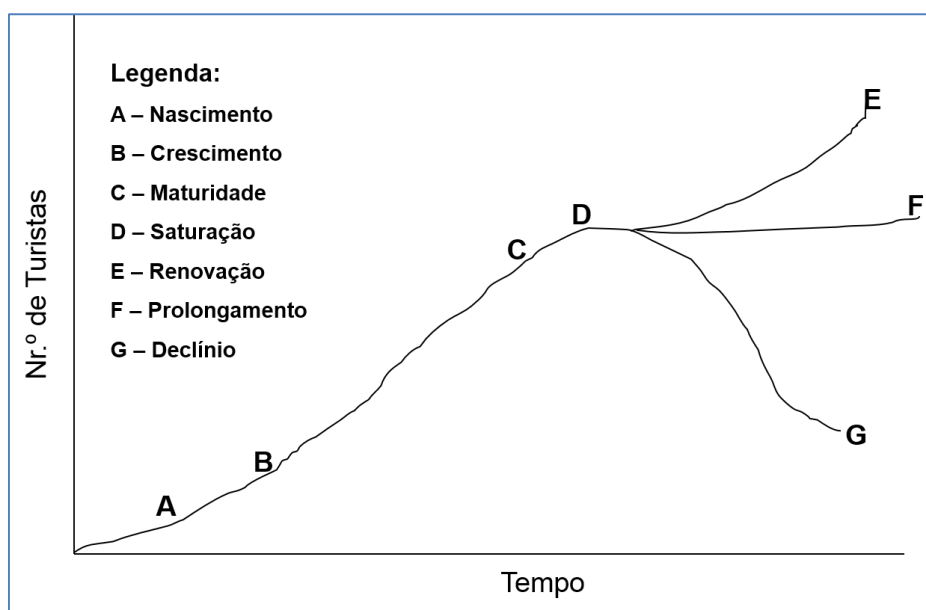
Os recursos secundários ou instalações têm por objectivo a satisfação das necessidades dos turistas, nomeadamente através de alojamento, agências de viagens, etc., sendo que a sua criação é condicionada pelo fenómeno turístico.

Os recursos terciários ou complementares, destinam-se à população em geral, mas em particular à população residente, tais como museus, teatros, espectáculos, etc.

Segundo Cardozo (2006: 147) as destinações turísticas, bem como a sua oferta, evoluem no tempo, seja em termos das suas instalações e serviços, seja em relação à matéria-prima turística, trabalhando para que um recurso turístico passe a ser um atractivo turístico. Este não é um processo simples, e diversos factores terão que ocorrer para que tal aconteça e para que se possa manter como tal.

As várias análises executadas aos destinos turísticos / produto turístico têm levado à conclusão de que um destino evolui segundo um ciclo (Figura.1), que começa por um aumento dos visitantes e crescimento das infraestruturas, equipamentos e serviços até se transformar num destino massificado/saturado (Cunha 2013:183). A fase seguinte será o prolongamento da sua saturação, o seu declínio ou o seu rejuvenescimento, tudo depende da qualidade dos recursos existentes e de capacidade dos seus responsáveis.

Figura 1 Ciclo de vida do Destino Turístico



Fonte: Buttlar (1980)

Este modelo não se contenta unicamente com a descrição de uma curva de crescimento, propões também uma interpretação da forma da curva, nomeadamente do fenómeno de estagnação ou mesmo de declínio da população turística. Para o fazer utiliza a noção de população-limite ou de capacidade de carga, tradução literal do inglês *carrying capacity*. Se o local apresenta problemas é porque há turistas em excesso, se há turistas em excesso é porque existe um limite para lá do qual surgem problemas. Assim, é a superação deste limite que induz o declínio do destino, assinalado com uma redução da frequência ou, pelo menos, uma crise grave (Deprest: 40).

Neste ponto podemos retomar a temática do turismo de massa (ver 2.2 – Turismo de Massas) descrevendo os seus malefícios. Deprest (1997: 41) faz a analogia do turismo de massa com a química, referindo que um determinado líquido ao não conseguir dissolver --uma quantidade suplementar de sólido ou de um corpo que não pode absorver uma quantidade suplementar de matéria, diz-se que esse mesmo estado está saturado. Assim estão os locais turísticos, como o líquido ou corpo, o local é ocupado por uma “matéria” estranha, os turistas, até ficar repleto, diz-se assim que está saturado. Este fenómeno de saturação é também um fenómeno de desnaturação: quando a massa dos turistas o invadiu, o local deixa de ser o mesmo, perdendo as suas características originais que tinham atraído os primeiros visitantes.

A este tipo de “saturação” é o que chamamos de alteração da capacidade de carga. Em 2001 a OMT definiu a capacidade de carga como sendo “*o máximo de usos que se pode de um recurso turístico, sem que se causem danos ou efeitos negativos sobre os seus próprios recursos biológicos, sem reduzir a satisfação dos visitantes ou sem que se produza efeito adverso sobre a sociedade receptora, a economia ou cultura local*” (Prado; Andrade e Faccioli 2004).

O conceito de capacidade de carga apresenta sérios problemas de operacionalização, uma vez que se define perante situações de saturação já existentes, sendo de difícil previsão os limites absolutos para cada espaço (Joaquim, 1997).

Oliveira (2013) citando a OMT (UNWTO, 2012) sobre a definição da capacidade de carga turística explana que a mesma consiste “no número máximo de pessoas que, uma determinada área pode suportar, sem que haja alteração no meio físico, sem reduzir a

satisfação dos visitantes e sem que se produza efeitos adversos sobre a comunidade recetora, a economia ou cultura local.”

Segundo Cunha (2013:404) para garantirmos a necessidade de um desenvolvimento sustentável do turismo, necessitamos de determinar primeiro o valor dos nossos recursos naturais, em particular, das paisagens e de outros recursos turísticos que constituem um motivo para a deslocação de pessoas. É a determinação do seu valor que permite justificar a decisão de protecção de um certo espaço natural.

Acrescenta que a decisão de manter uma paisagem intacta e protege-la, além de ter um custo que a sociedade tem de suportar, levanta conflitos entre as diversas possibilidades e interesses da utilização do solo e dos diversos componentes que a formam.

Um consumo do ambiente exagerado ou deficiente revela uma falha do mercado, no sentido em que este não é capaz de evidenciar a escassez crescente dos recursos do ambiente, existe a necessidade de lhe atribuir um valor. Para as pessoas que tiram vantagem do ambiente, os utilizadores, ele tem um valor de usos direto, mas o ambiente tem outras funções, como é o caso de protecção dos solos ou da degradação, e neste caso, para as pessoas que que beneficiam dessa protecção, o ambiente tem um valor de uso indirecto, para estas o desejo é que este se preserve para o futuro.

III – TIPOLOGIA E LEGISLAÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS

“O homem é ao mesmo tempo obra e construtor do meio ambiente que o cerca, o qual lhe dá sustento material e lhe oferece oportunidade para desenvolver-se intelectual, moral, social e espiritualmente. Em larga e tortuosa evolução da raça humana neste planeta chegou-se a uma etapa em que, graças à rápida aceleração da ciência e da tecnologia, o homem adquiriu o poder de transformar, de inúmeras maneiras e em uma escala sem precedentes, tudo que o cerca. Os dois aspectos do meio ambiente humano, o natural e o artificial, são essenciais para o bem-estar do homem e para o gozo dos direitos humanos fundamentais, inclusive o direito à vida.”

(In Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano)

As áreas protegidas são reconhecidas internacionalmente como regiões com utilidade principalmente para preservação da natureza e conservação da biodiversidade, sendo assim das principais ferramentas de gestão de espécies e ecossistemas que fornecem uma gama de bens e serviços essenciais para uma utilização sustentável dos recursos naturais. O termo «área protegida» inclui também áreas marinhas, que em Portugal têm uma enorme importância – “Portugal poderá passar a ter perto de 400.000 quilómetros quadrados – quatro vezes a área terrestre do país – de áreas protegidas marinhas oceânicas, segundo uma proposta de legislação que está a ser elaborada pelo Governo. A ideia é acrescentar duas novas áreas enormes, com 255.000 quilómetros quadrados no total, às que já estão classificadas como protegidas na zona marítima portuguesa – segundo a proposta

de limites da plataforma continental que Portugal submeteu à ONU⁴ em 2009.” (in Publico 2014)

As Áreas Protegidas correspondem ao primeiro esforço sistematizado e congruente de transcrever as preocupações de ordem ambiental da administração governamental, tendo por objetivo a defesa dos recursos naturais e da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, principalmente nos países ditos desenvolvidos. Segundo o n.º 1 do DL 19/93 de 23 de Janeiro, compreendem as áreas terrestres e águas interiores e marítima classificadas, em que a fauna, a flora, a paisagem, os ecossistemas ou outras ocorrências naturais apresentam, pela sua raridade, valor ecológico ou paisagístico, importância científica, cultural e social, uma relevância especial que exige medidas específicas de conservação e gestão, em ordem a promover a gestão racional dos recursos naturais, a valorização do património natural e construído, regulamentando as intervenções artificiais suscetíveis de as degradar (n-º1, DL 19/93 de 23 de Janeiro).

Foram designadas áreas protegidas um pouco por todo o mundo, criando assim uma extensa rede, tendo um objetivo comum e universal com a intenção de limitar, não só os níveis de ocupação humana, como também a exploração dos recursos naturais. Estes sistemas variam consideravelmente entre países, consoante as prioridades e necessidades nacionais possuindo algumas diferenças no apoio institucional, financeiro, na sua classificação e poder legislativo.

3.1 – Áreas Protegidas em Território Português

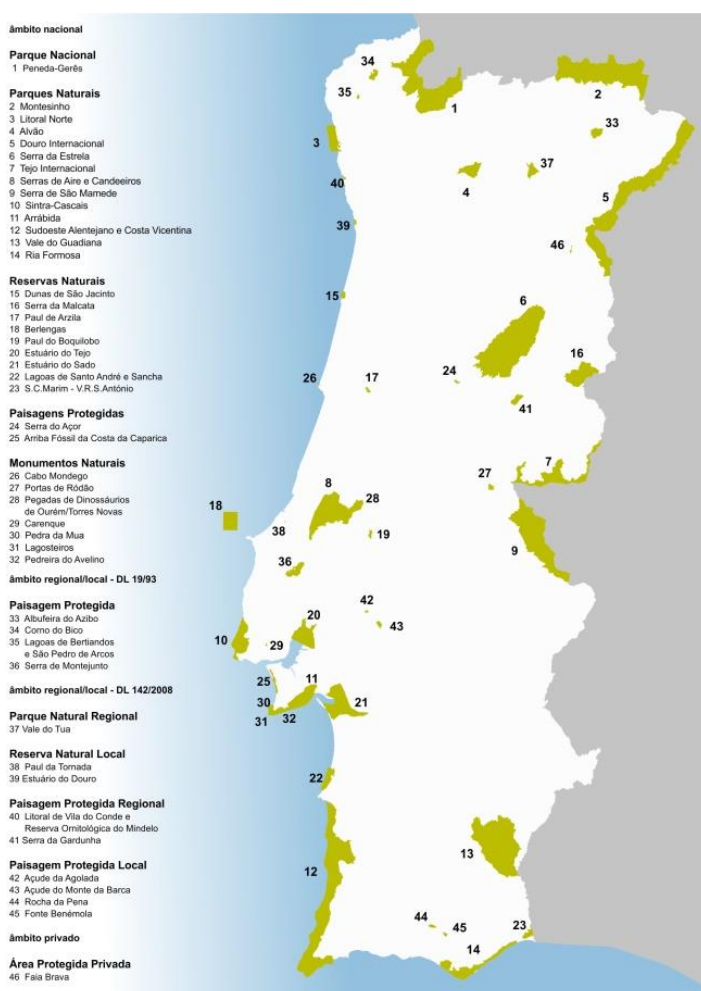
As áreas protegidas de âmbito nacional são áreas criadas e geridas pela autoridade nacional, podendo, no entanto, ser propostas por quaisquer entidades públicas ou privadas, nomeadamente autarquias locais e organizações não governamentais de ambiente.

A área abrangida pela Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) corresponde a cerca de 8 % do território português. Cabe ao Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) a gestão da maioria destas áreas, embora, pela sua especificidade, nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira esta responsabilidade seja assumida pelas

⁴ - Organização das Nações Unidas

estruturas governativas regionais. A actual legislação portuguesa respeitante a áreas protegidas (AP) consagra cinco figuras de classificação: Parque Nacional, Parque Natural, Reserva Natural, Monumento Natural e Paisagem Protegida (www.icnf.pt), as quatro primeiras com relevância nacional. As Paisagens Protegidas têm relevância regional ou local e a sua gestão pode estar a cargo do ICNF ou dos municípios (Figura 2). A legislação contempla também áreas protegidas de domínio privado, nomeadamente os designados sítios de interesse biológico, bem como as reservas e parques marinhos.

Figura 2 - Áreas Protegidas Portuguesas



Fonte: ICNF

3.2 - Classificação / Legislação

Segundo Bensusan (2006), atualmente, em grande parte do mundo, o principal instrumento para a conservação da biodiversidade é o estabelecimento de áreas protegidas. A necessidade de se proteger determinados espaços da sanha destruidora da nossa espécie já mostra, por si só, o tamanho desse desafio. Numa sociedade mais saudável, talvez fosse possível disciplinar e gerir o uso dos recursos naturais de forma mais ampla e, quiçá, mais democrática, sem que houvesse necessidade de reservar espaços especialmente para a proteção da natureza.

As Áreas Protegidas correspondem ao primeiro esforço sistematizado e congruente de transcrever as preocupações de ordem ambiental da administração governamental, tendo por objetivo a defesa dos recursos naturais e da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, principalmente nos países ditos desenvolvidos. Segundo o n.º 1 do DL 19/93 de 23 de Janeiro, compreendem as áreas terrestres e águas interiores e marítima classificadas, em que a fauna, a flora, a paisagem, os ecossistemas ou outras ocorrências naturais apresentam, pela sua raridade, valor ecológico ou paisagístico, importância científica, cultural e social, uma relevância especial que exige medidas específicas de conservação e gestão, em ordem a promover a gestão racional dos recursos naturais, a valorização do património natural e construído, regulamentando as intervenções artificiais suscetíveis de as degradar (n-º1, DL 19/93 de 23 de Janeiro).

Segundo o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), o processo de criação de Áreas Protegidas (AP) é, atualmente, regulado pelo Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, no qual é definido que “(...) política de ambiente, enquadrou, nos últimos 20 anos, toda a legislação produzida sobre conservação da natureza e da biodiversidade. Dela emanou, designadamente, a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB), adoptada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de Outubro. A ENCNB formula 10 opções estratégicas para a política de conservação da natureza e da biodiversidade, de entre as quais avulta a opção n.º 2, relativa à constituição da Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN) e do Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC), integrando neste na RNAP, criada pelo Decreto -Lei n.º 19/93, de 23 de Janeiro. Concretizando a referida opção, o presente

decreto –lei cria a RFCN, a qual é composta pelas áreas nucleares de conservação da natureza e da biodiversidade integradas no SNAC e pelas áreas de reserva ecológica nacional, de reserva agrícola nacional e do domínio público hídrico enquanto áreas de continuidade que estabelecem ou salvaguardam a ligação e o intercâmbio genético de populações de espécies selvagens entre as diferentes áreas nucleares de conservação, contribuindo para uma adequada proteção dos recursos naturais e para a promoção da continuidade espacial, da coerência ecológica das áreas classificadas e da conectividade das componentes da biodiversidade em todo o território, bem como para uma adequada integração e desenvolvimento das atividades humanas. Ainda em concretização da mesma opção estratégica, o presente decreto-lei estrutura o SNAC, constituído pela RNAP, pelas áreas classificadas que integram a Rede Natura 2000 e pelas demais áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português, assegurando a integração e a regulamentação harmoniosa dessas áreas já sujeitas a estatutos ambientais de proteção. Ao nível da RNAP, com o objetivo de clarificar e atualizar o regime atual, o presente decreto–lei dispõe sobre as categorias e tipologias de áreas protegidas — prevendo no nosso ordenamento jurídico, expressamente, a possibilidade da existência de parques nacionais nas Regiões Autónomas —, os respetivos regimes de gestão e estrutura orgânica e ainda sobre os objetivos e os procedimentos conducentes à sua classificação. Por outro lado, com o objetivo de simplificar e adaptar o regime vigente às características específicas das reservas naturais, das paisagens protegidas e dos monumentos naturais de âmbito nacional, bem como das áreas protegidas de âmbito regional ou local, é introduzida, com carácter inovatório, a ponderação casuística da necessidade de existência de planos de ordenamento para as duas primeiras tipologias — aquando da respetiva classificação — e a dispensa de elaboração de tais instrumentos de gestão territorial no caso dos monumentos naturais e das áreas protegidas de âmbito regional ou local (...).”.

A classificação das AP de âmbito nacional pode ser proposta pela autoridade nacional ou por quaisquer entidades públicas ou privadas; a apreciação técnica pertence ao ICNF, sendo a classificação decidida pela tutela. No caso das AP de âmbito regional ou local, a classificação pode ser feita por municípios ou associações de municípios, atendendo às condições e aos termos previstos no artigo 15.º do diploma acima mencionado.

3.3 – Tipologias

Pela *International Union for Conservation of Nature* (IUCN), organização responsável pela gestão das áreas protegidas categorizam e classificam as mesmas de acordo com os seus objetivos de gestão. As categorias são reconhecidas por organismos internacionais como as Nações Unidas (UN) e por muitos governos nacionais como o padrão global para a definição de áreas protegidas e como tal são cada vez mais sendo incorporadas na legislação dos governos às quais pertencem.

Pelo Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho as tipologias existentes são Parque Nacional, Parque Natural, Paisagem Protegida, Monumento Natural e Reserva Natural, entendendo-se por Reserva Natural uma área que contenha características ecológicas, geológicas e fisiográficas, ou outro tipo de atributos com valor científico, ecológico ou educativo, e que não se encontre habitada de forma permanente ou significativa.

A classificação de uma Reserva Natural visa a proteção dos valores naturais existentes, assegurando que as gerações futuras terão oportunidade de desfrutar e compreender o valor das zonas que permaneceram pouco alteradas pela atividade humana durante um prolongado período de tempo, e a adoção de medidas compatíveis com os objetivos da sua classificação.

Estão neste momento classificadas em Portugal nove áreas como Reservas Naturais, nomeadamente o Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António (data de 1975, sendo, aliás, a primeira AP criada após o 25 de Abril), as Dunas de São Jacinto, a Serra da Malcata, o Paul de Arzila, as Berlengas, o Paul do Boquilobo, o Estuário do Tejo, o Estuário do Sado e as Lagoas de Santo André e da Sancha (a mais recente, criada em 2000). (Fig 2 - Anexo A)

Com exceção do “Parque Nacional”, as AP de âmbito regional ou local podem adotar qualquer das tipologias atrás referidas, devendo as mesmas ser acompanhadas da designação “Regional” ou “Local”, consoante o caso: “Regional” quando esteja envolvido mais do que um município, “Local” quando se trate apenas de uma autarquia. No caso do Arquipélago da Ilha das Berlengas a mesma tem a designação de Reserva Natural Local,

pois a mesma pertence à autarquia de Peniche, estando no entanto inserida, bem como outras áreas protegidas na região Oeste de Portugal.

O Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, prevê ainda a possibilidade de criação de Áreas Protegidas de estatuto privado (APP), a pedido do respetivo proprietário.

As Áreas Protegidas de âmbito nacional e as APP pertencem, automaticamente, à RNAP; no caso das AP de âmbito regional ou local, a integração ou exclusão na RNAP depende de avaliação da autoridade nacional. (ICNF, 2015)

Independentemente da sua tipologia e tal como é descrito no Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho “(...) Face aos compromissos assumidos internacionalmente pelo Estado Português, são reforçados os mecanismo que permitam a Portugal cumprir as obrigações assumida quer no âmbito da União Europeia quer no âmbito da Organização das Nações Unidas — suster a perda da biodiversidade até 2010 e para além —, de acordo com um conceito dinâmico de conservação da biodiversidade na relação desta última com as alterações climáticas, no combate à desertificação e erradicação da pobreza, no seu papel transversal ao desenvolvimento sustentável, na necessidade de alargar o reconhecimento público da biodiversidade integrando-a no sistema económico e empresarial e no reconhecimento de cada cidadão como direta e simultaneamente beneficiário e implicado na gestão da biodiversidade. Na verdade, com uma dimensão e complexidade crescente nas sociedades modernas, a política de conservação da natureza e da biodiversidade enfrenta o desafio de se assumir como um serviço público que garanta a gestão ambiental do território, num quadro de valorização do património natural e de adequado usufruto do espaço e dos recursos. Por outro lado, a conservação da natureza e da biodiversidade constitui também um motor de desenvolvimento local e regional, associado à identificação de caracteres próprios e distintivos que urge valorizar, através de uma atividade de gestão e aproveitamento sustentável dos recursos naturais, com o envolvimento e participação de toda a sociedade, numa lógica de benefício comum. Neste contexto, o presente decreto -lei define orientações estratégicas e instrumentos próprios, visando os seguintes objetivos essenciais:

- i) Garantir a conservação dos valores naturais e promover a sua valorização e uso sustentável;

- ii) Promover a conservação da natureza e da biodiversidade como dimensão fundamental do desenvolvimento sustentável, nomeadamente pela integração da política de conservação da natureza e da biodiversidade na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais;
- iii) Integrar critérios de conservação da natureza e da biodiversidade nos sistemas sociais, empresariais e económicos;
- iv) Definir e delimitar uma infra -estrutura básica de conservação da natureza, a citada RFCN;
- v) Contribuir para a prossecução dos objetivos fixados no âmbito da cooperação internacional na área da conservação da natureza, em especial os definidos na Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica, adotada no Rio de Janeiro em 5 de Junho de 1992;
- vi) Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, habitats, ecossistemas e geossítios;
- vii) Promover a educação e a formação da sociedade civil em matéria de conservação da natureza e da biodiversidade e assegurar a informação, sensibilização e participação do público, incentivando a visitaçao, a comunicaçao, o interesse e o contacto dos cidadãos com a natureza;
- viii) Promover o reconhecimento pela sociedade do valor patrimonial, intergeracional, económico e social da biodiversidade e do património geológico(...).” (DRE, 2015)

3.4 – Definições

A área protegida é um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerido, por meio judicial ou outros meios eficazes, para alcançar a longo prazo a conservação da natureza com os serviços de ecossistemas associados e valores culturais. (definição de IUCN de 2008). As unidades de conservação – parques nacionais, áreas de deserto, áreas de comunidade conservada, reservas naturais e assim por diante – são dos

pilares da conservação da biodiversidade, contribuindo também para a subsistência das populações, particularmente a nível local. Áreas protegidas estão no centro dos esforços para a conservação da natureza e os serviços que elas nos fornecem, tais como, alimentos, abastecimento de água, medicamentos e proteção contra os impactos associados a desastres naturais. (ICNU, 2016)

No artigo 3º do referido decreto-lei é mencionado que “(...) entende -se por áreas protegidas:

- a) «Áreas classificadas» as áreas definidas e delimitadas cartograficamente do território nacional e das águas sob jurisdição nacional que, em função da sua relevância para a conservação da natureza e da biodiversidade, são objeto de regulamentação específica;
- b) «Biodiversidade» a variedade das formas de vida e dos processos que as relacionam, incluindo todos os organismos vivos, as diferenças genéticas entre eles e as comunidades e ecossistemas em que ocorrem;
- c) «Conservação da natureza e da biodiversidade» o conjunto das intervenções físicas, ecológicas, sociológicas ou económicas orientadas para a manutenção ou recuperação dos valores naturais e para a valorização e uso sustentável dos recursos naturais (...)

3.5 – Princípios

Segundo o IUNC todos os conflitos ocorrem e devem ser abordados, dentro de um determinado contexto cultural, político e social. Qualquer abordagem de gestão de conflito deve ser apropriada para o contexto em que isso acontece e deve ser aduaneira para a resolução de conflitos locais e instituições em conta. No entanto, existem princípios gerais que devem ser aplicáveis para a maioria dos conflitos de área protegida.

Em Portugal o ICNF intervém na gestão da Conservação da Natureza e da Biodiversidade através de ações de conservação ativa e de ações de suporte. As ações de conservação ativa implicam o maneiio direto de indivíduos ou populações, de habitats ou, ainda, de ecossistemas. As ações de suporte para a gestão dividem-se em intervenções nas áreas de regulamentação, ordenamento, avaliação de incidências ambientais, monitorização

de espécies e de habitats, fiscalização e também ações de comunicação e acompanhamento, regulando-se através dos princípios descritos e no Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho no artigo 4º, no qual se refere que:

“Para além dos princípios gerais e específicos consignados na Lei de Bases do Ambiente, a execução da política e das ações de conservação da natureza e da biodiversidade deve observar os seguintes princípios:

a) Princípio da função social e pública do património natural, nos termos do qual se consagra o património natural como infra -estrutura básica integradora dos recursos naturais indispensáveis ao desenvolvimento social e económico e à qualidade de vida dos cidadãos;

b) Princípio da sustentabilidade, nos termos do qual deve ser promovido o aproveitamento racional dos recursos naturais, conciliando a conservação da natureza e da biodiversidade com a criação de oportunidades sociais e económicas e garantindo a sua disponibilidade para as gerações futuras;

c) Princípio da identificação, por força do qual deve ser promovido o conhecimento, a classificação e o registo dos valores naturais que integram o património natural;

d) Princípio da compensação, pelo utilizador, dos efeitos negativos provocados pelo uso dos recursos naturais;

e) Princípio da precaução, nos termos do qual as medidas destinadas a evitar o impacto negativo de uma ação sobre a conservação da natureza e a biodiversidade devem ser adotadas mesmo na ausência de certeza científica da existência de uma relação causa - efeito entre eles;

f) Princípio da proteção, por força do qual importa desenvolver uma efetiva salvaguarda dos valores mais significativos do nosso património natural, designadamente dos presentes nas áreas classificadas.”

Tendo em conta todas as definições e princípios definidos pelo Estado Português é-nos possível deduzir que tudo tem sido feito ao longo dos anos para preservar o nosso património natural, assegurando assim as gerações futuras e fazendo prevalecer o 4º

princípio da Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (1972) definindo que – “O homem tem a responsabilidade especial de preservar e administrar judiciosamente o patrimônio da flora e da fauna silvestres e seu habitat, que se encontram atualmente, em grave perigo, devido a uma combinação de fatores adversos. Conseqüentemente, ao planificar o desenvolvimento econômico deve-se atribuir importância à conservação da natureza, incluídas a flora e a fauna silvestres.”

3.6 - Perfil dos visitantes das Áreas Protegidas Portuguesas

Segundo Marques. C, Menezes. J, e Reis. E, (2010) citando Seaton e Bennett, (2000), o primeiro passo no planeamento de tipos de turismo baseado na natureza é a análise da procura turística. Os mesmos autores referem que os diferentes requisitos e exigências da procura tornam-se críticos aquando da definição da oferta. Se quem planeia e gere tiver o conhecimento necessário do turismo baseado no mercado de natureza e as motivações da viagem de diferentes segmentos, tornam-se mais conscientes das implicações da gestão dos visitantes dos parques e das áreas protegidas de modo a desenvolverem um melhor planeamento turístico e melhores estratégias de marketing para o local.

Para os autores apesar de Portugal não ser um dos “hotspots” mundiais de biodiversidade, no contexto europeu, tem, no entanto, algumas paisagens naturais interessantes localizadas em parques, reservas naturais e outras áreas naturais interesse. No entanto, o turismo em áreas protegidas ainda encontra-se num estágio inicial, com algumas limitações, principalmente em infraestruturas e serviços de apoio ao visitante. Nos últimos anos, tem havido uma crescente demanda para as atividades de natureza mas existia à data falta de informação sobre a caracterização dos visitantes e as suas motivações. Assim sendo elaboraram um estudo de forma a identificar e compreender a diversidade de visitantes nacionais das Áreas Protegidas Portuguesas baseado na segmentação. Segmentos baseados nas suas motivações e caracterizados com base na importância dada a aspetos como as atividades, as instalações e os serviços, frequência de visita e aspetos sociodemográficos.

Através deste estudo é possível auferir que Portugal tem 5 tipos distintos de visitantes de áreas protegidas:

visitantes egocêntricos (self-centered visitors);

visitantes ocasionais (occasional visitors);

visitantes urbanos (urban visitors);

excursionistas (excursionists);

naturalistas (sociable naturalists)

Os visitantes egocêntricos são motivados por aspetos de realização pessoal e usufruto da natureza, independentemente da distância percorrida. Eles são os menos influenciados pelos familiares ou amigos e não visitam parques por motivos de saúde, educação ambiental, desporto ou participar em eventos tradicionais. Estas pessoas desfrutam da natureza, de modo a sentirem-se bem.

Os visitantes ocasionais dão mais importância a quase todas as dimensões de motivação. As suas visitas são limitadas pela proximidade. Esses visitantes são motivados por atividades desportivas e a participação em eventos tradicionais planeados. O ambiente natural e os cenários paisagísticos são pouco apreciados por este tipo de visitantes. Em suma, os visitantes ocasionais procuram eventos ou atividades desportivas realizadas nas imediações.

Os visitantes urbanos visitam os parques próximos da sua zona de conforto (residência), influenciados pela família e amigos com objetivo de desfrutar a natureza. Estes visitantes dão pouca importância para aspetos de saúde, eventos tradicionais e educação ambiental, visto que eles visitam áreas protegidas como um refúgio, com o intuito de relaxar e estar com a família e amigos.

Os excursionistas são influenciados pela família e amigos a visitar parques para alcançar a realização pessoal. Eles mostram interesse em eventos tradicionais mas dão pouco valor ao ambiente natural, são sobretudo indivíduos que visitam áreas protegidas, de modo a sentirem-se ativos.

Os naturalistas são motivados pelo prazer do ambiente natural e paisagem. Eles também visitam parques por motivos de saúde, educação ambiental e realização pessoal e são os mais influenciados quer por amigos, familiares e outras pessoas. Indivíduos que estão dispostos a viajar grandes distâncias, para chegar aos parques dando pouca importância à dimensão de proximidade.

Para os autores existem algumas semelhanças entre os segmentos de turistas que visitam as áreas protegidas Portuguesas e os consumidores de turismo, uma vez que, os Egocêntricos e os Visitantes urbanos são referenciados como turistas de natureza, bem como, os Naturalistas, são referenciados como ecoturistas. Os excursionistas e os visitantes de ocasião têm semelhanças entre si, uma vez que não visitam estas áreas por prazer na natureza, mas sim porque viajam em grupo. Existem por outro lado dois grupos distintos com características comuns. Os egocêntricos, os visitantes urbanos e os naturalistas estão claramente comprometidos com o ambiente natural e têm as características típicas do turista que se baseia na natureza para viajar, sendo que os Egocêntricos e os Visitantes urbanos também se encontram comprometidos com a experiência afetiva. Por outro lado os Visitantes ocasionais e os Naturalistas focam-se em atividades e eventos.

Existe segundo o estudo um segmento de visitantes nacionais, composto por ecoturistas que são designados como os Naturalistas (Sociable Naturalists), que contribuem imenso para o desenvolvimento da imagem internacional do país, posicionando Portugal como um destino ecoturista.

Ao contrário do que seria de se esperar da experiência prática do caso de Portugal, nenhum dos segmentos foi identificado com características distintivas de turistas de aventura, apesar dos Visitantes ocasionais relacionarem os desportos e a aventura de recreação como uma das motivações principais para a sua viagem.

IV – METODOLOGIA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

“Sexta-feira, 12 de Agosto de 1932 – Estou em Peniche há dias preparando um salto às Berlengas e, se for possível, estarei ali um ou dois meses feriais, isolado de tudo quanto recorde o mundo e a civilização. Nunca lá fui. Apenas conheço a ilha principal, a Berlenga Grande, através da soberba narrativa do escritor-pintor Raul Brandão e das aguarelas mestras de Paulino Montez e Roque Gameiro, os primeiros artistas suponho, que da ilha pirata reproduziram os vermelhos sangrentos das rochas vivas, ígneas, fantásticas reverberações de uma paisagem marítima fora dos roteiros acostumados, e afinal, tão perto dos nossos olhos” (In Memorial da Berlenga)

A gestão do conceito de sustentabilidade do turismo e a sua otimização implica a avaliação do contributo que esta atividade económica pode dar para a melhoria não só, da qualidade de vida da população de uma determinada comunidade, como também da manutenção e preservação do local onde esta se desenvolve. Neste capítulo, pretende-se avaliar as opiniões, expectativas e perceções dos visitantes do Arquipélago das Berlengas, mais nomeadamente da Ilha da Berlenga em relação ao papel que o turismo pode desempenhar na respetiva área, tendo em vista a procura turística e o desenvolvimento no local. Partindo dos dados recolhidos através de um questionário efetuado aos visitantes, turistas e visitantes do dia / excursionistas do Arquipélago, começa-se por apresentar a análise preliminar das hipóteses criadas sobre a estratégia planeada para o local, seguido das respostas e caracterização sociodemográfica dos inquiridos na pesquisa exploratório-descritiva, descrevendo as características da amostra, através de uma análise qualitativa e quantitativa, para tentarmos assim concluirmos quais os motivos da viagem e consequências da experiência intrapessoal adquirida e da imagem retida do local. Através

da análise dos resultados da pesquisa, aliado a uma análise de opiniões, adquiridas através de entrevistas pessoais a especialistas na área do turismo, frequentadores habituais, como também aos residentes da ilha da Berlenga, (síntese nas considerações finais), iremos determinar e concluir se existe ou não a necessidade de reformulação da estratégia turística por parte de quem tem responsabilidades de gestão do local.

Os dados recolhidos no terreno foram tratados primeiramente através de Windows Excel e posteriormente carregados e analisados através do programa SPSS, versão 21 – Statistical Package for the Social Sciences. Desta forma foi-nos possível reunir toda a informação que dê viabilidade à nossa discussão sobre os resultados obtidos. Para a caracterização do perfil dos turistas e excursionistas utilizou-se a estatística descritiva, sendo que para a segmentação e determinação utilizamos técnicas multivariadas com o objetivo de estudar relações de interdependência entre um conjunto de variáveis.

4.1 – Área de Estudo

A Ilha da Berlenga localiza-se nas coordenadas 39° 24' N, 9° 30' W, a 5,4 milhas⁵ para WNW do Cabo Carvoeiro; com uma área aproximada de 79 hectares, não contando com os ilhéus e recifes envolventes, os quais têm aproximadamente 3,6 hectares, é a maior ilha do arquipélago.

Distância cerca de sete milhas do porto de Peniche (Figura 3), tem um comprimento e largura máximos de 1500 e 800 metros respetivamente, um perímetro de 4000 m e 88 m de largura de altura no ponto mais alto; a sua forma lembra vagamente um oito, com o seu eixo maior orientado no sentido NE-SW.

⁵ Unidade de medida de comprimento ou distância, equivalente a 1 852 metros, utilizada quase exclusivamente em navegação marítima e aérea e na medição de distâncias marítimas.

Figura 3 - Mapa e enquadramento geográfico do Arquipélago das Berlengas



Fonte: ICNF

Figura 4 - Imagem do Arquipélago das Berlengas



Fonte: <http://2.bp.blogspot.com>

4.2 – Pontos de interesse da Ilha

A Ilha da Berlenga oferece um variadíssimo leque de atividades culturais e de aventura durante a sua visita;

- A sua paisagem compreendendo uma área muito vasta de reserva marinha situada na envolvente do arquipélago composto por composto por numerosas ilhas e rochedos de contorno irregular, com encostas escarpadas;
- O seu património histórico e cultural, no qual se encontram o Forte de São João Batista construído sobre um ilhéu junto à enseada da ilha e a ela ligado por uma ponte de alvenaria, mandado edificar no século XVII, por D. João IV, com o objetivo de reforçar a defesa de Peniche. Na década de 50 do séc. XX, a Fortaleza de São João Batista foi restaurada pela então Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais para uma posterior adaptação do espaço a pousada, servindo de abrigo a quem aí deseje pernoitar;
- O farol do Duque de Bragança ou farol da Berlenga, construído em 1840;
- O Mosteiro da Misericórdia da Berlenga, que se situava junto ao Bairro dos pescadores, fundado pelos monges da Ordem de S. Jerónimo, para auxílio aos náufragos, e que lhes serviu de retiro durante 35 anos. Hoje em dia transformado num restaurante e em pequenos quartos para aluguer;
- O seu património natural que quem visita a ilha, principalmente na primavera, encontra uma paisagem surpreendentemente incendiada de cor, na qual existem mais de 100 espécies de plantas, bem como aves e passeriformes, tais como o Airo ou a Pardela de bico amarelo e uma fauna piscícola muito rica e variada, sendo a ilha um dos locais privilegiados para mergulho subaquático, outra das atividades com grande procura na ilha é a visita às grutas naturais, prestadas pelas empresas que operam no local.

4.3 – A Reserva Natural das Berlengas

A Reserva Natural da Berlenga foi criada em 1981 (Decreto-Lei n.º 264/81, de 3 de Setembro) e integra a Rede Nacional de Áreas Protegidas. A gestão desta rede compete ao ICNF podendo ser exercida diretamente ou por delegação de competências, devidamente articulada com outras entidades, públicas e privadas.

O objetivo principal da Reserva Natural das Berlengas que se encontra incorporado em toda a rede nacional de áreas protegidas, tal como é indicado no Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Berlengas (PORN), é garantir o princípio da sustentabilidade do território nacional, com salvaguarda das áreas territoriais que mantenham a estrutura e funcionamento dos sistemas naturais que garantem a vida.

Os seus objetivos específicos definidos à altura da sua constituição salvaguardavam:

- Proteger a flora e fauna autóctones e os respetivos habitats;
- Promover a gestão e salvaguarda dos recursos marinhos, recorrendo a medidas adequadas que possibilitem manter os sistemas ecológicos essenciais e os suportes de vida que garantam a sua utilização sustentável, que preservem a biodiversidade e recuperem os recursos depauperados ou sobre explorados;
- Aprofundar os conhecimentos científicos sobre as comunidades insulares e marinhas;
- Contribuir para o ordenamento e disciplina das atividades turística, recreativa e de exploração pesqueira, de forma a evitar a degradação dos valores naturais, permitindo o seu desenvolvimento sustentável.

Segundo o mesmo plano o objetivo principal que se encontrava incorporado em toda a rede nacional de áreas protegidas é garantir o princípio da sustentabilidade do território nacional, com salvaguarda das áreas territoriais que mantenham a estrutura e funcionamento dos sistemas naturais que garantem a vida. Desta forma um dos objetivos específicos do referido plano, menciona a necessidade de contribuir para o ordenamento e

disciplina das atividades turísticas, recreativas e de exploração pesqueira, de forma a evitar a degradação dos valores naturais, permitindo o seu desenvolvimento sustentável.

4.4 – Estratégia e Planeamento para ao Arquipélago da Berlenga

Após a implementação do PORNB, foram executados vários estudos, relatórios e ações por diversas entidades que asseguram a gestão direta ou indireta da área protegida, principalmente para a Ilha da Berlenga, tendo assegurado a candidatura do arquipélago a Reserva da Biosfera da UNESCO.

A origem das Reservas da Biosfera está associada à “Conferência sobre a Biosfera”, organizada pela UNESCO em 1968, a qual foi a primeira reunião intergovernamental para tentar conciliar a conservação da natureza e o uso dos recursos naturais, fundando o presente conceito de desenvolvimento sustentável.

O programa “O Homem a Biosfera” (MAB - Man and Biosphere) da UNESCO, foi lançado em 1971 e foca-se na relação existente entre as sociedades humanas e os ecossistemas naturais. O projeto MaB, iniciado em 1974, deu origem à Rede Mundial de Reservas da Biosfera, a qual contava em 2012 com 610 sítios espalhados por 117 países.

As reservas da Biosfera, apresentam três objetivos complementares:

- Conservação: contribuir para a conservação de paisagens, ecossistemas, espécies e variabilidade genética;
- Desenvolvimento: contribuir para um desenvolvimento económico e humano que seja sociocultural e ecologicamente sustentável;
- Logística: suporte para a investigação, monitorização, educação e troca de informação, relacionados com temas de conservação e desenvolvimento locais, nacionais e globais

Estas reservas são escolhidas com base em parâmetros científicos que vão além do objetivo de proteção, pois tencionam desenvolver um modelo de gestão, unindo as

autoridades e sociedades locais, sendo regulamentadas pelas legislações nacionais dos países, devendo incluir três níveis de zonamento: zona núcleo, zona tampão e zona de transição.

Neste momento para além da classificação da UNESCO, o Arquipélago das Berlengas integra a Rede Natura 2000, é uma Reserva Biogenética e uma Zona de Proteção Especial.

Um dos relatórios anteriormente mencionado foi executado pelo Município de Peniche integrado na rede ECOS onde é referido que (...) “ao nível do Turismo, a alteração para um tipo de turismo mais vocacionado com os valores naturais, históricos e culturais do arquipélago das Berlengas – Turismo de Natureza e/ou Ecoturismo, contrariamente a um turismo de massa – permitindo o aparecimento de nichos de mercado altamente especializados e com forte rentabilização económica. A este propósito, de referir que a Organização Mundial de Turismo previa, que os produtos relacionados com a defesa do meio ambiente, nomeadamente o turismo ambiental desenvolvido em locais que implementam condutas de turismo sustentável, as atividades de ar livre e o turismo científico, viessem a ser o sector económico que mais iria crescer, tendo sido esta a aposta inerente à promoção da candidatura da Berlenga a Reserva da Biosfera. Este tipo de turismo exigiria um esforço acrescido aos operadores turísticos locais ao nível da sua formação e recrutamento de colaboradores com formação específica em matérias relacionadas com o património natural, cultural e histórico. A formação dos operadores e dos seus colaboradores poderia ser assegurado pelo Instituto Politécnico de Leiria - Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar de Peniche – Instituto Politécnico de Leiria, dada a sua presença na região e vocação em cursos na área do Turismo e Biologia Marinha, contribuindo deste modo para o crescimento e consolidação do seu projeto educativo” (...) (ponto 14.3 - Benefícios das atividades económicas para a população local, pág.64).

No que diz respeito aos impactes positivos e negativos do turismo refletidos no dossier de candidatura,- Berlengas a Reserva da Biosfera da UNESCO, o qual menciona que no ponto 14.2.3 - Impactes negativos e positivos do turismo (atuais e previstos) refere-se que (...) “Tendo em atenção que a capacidade de carga foi definida há mais de 15 anos e que atualmente as condições do arquipélago para receber visitantes são algo diferentes,

nomeadamente tendo em atenção a magnitude da sazonalidade da pressão turística e o investimento previsto/em curso nas infraestruturas de energia, saneamento, água e apoio à visitação, está prevista a realização de um novo estudo de capacidade de carga e de definição de mecanismos de controlo da visitação mais rigorosos. O mesmo ponto refere ainda que (...) “O turismo poderá assim, em parte, ser o motor da autossustentabilidade e valorização da ilha. Sendo certo que a atividade turística cria a necessidade e os meios para intervir neste âmbito, poderão assim ocorrer diversos aspetos positivos ao nível local, muitos dos quais passam pela resolução dos problema” (...) Problemas esses, que são mencionados nos impactos negativos, tais como, a falta de boas condições de armazenamento e abastecimento de água na ilha, as fracas infraestruturas de saneamento e a recolha de resíduos sólidos urbanos, que no final da época balnear, junto ao apoio de campismo, são abandonados vários recipientes que acabam por ir para o mar.

Já na altura da constituição do PORNB a problemática da excessiva procura turística encontrava-se bem latente no relatório. Prova disso era a preocupação pela implementação e controlo da capacidade de carga não só da ilha como de todo o Arquipélago, de forma a evitar danos futuros na sua biodiversidade (...) ”Apesar da reduzida acessibilidade, e das condições adversas para atracar e desembarcar nas ilhas, e em particular devido, por um lado, à elevada vulnerabilidade da vegetação ao pisoteio, por outro, aos habitats de nidificação de algumas espécies de aves, que estiveram na origem do estabelecimento das reservas integrais e parciais na zona emersa da Ilha, foi necessário equacionar medidas que permitissem gerir o fluxo de utilizadores/visitantes da Ilha da Berlenga.” (...) ”Nesse sentido em 1987 foi elaborado o Estudo de Capacidade de Carga da Reserva Natural das Berlengas.” (...) (ponto 7.2.3 – Capacidade de Carga, págs.189 e 190)

O objetivo passava por determinar o número máximo de utentes que a ilha poderia receber diariamente excluindo a população residente tendo em conta tiveram em conta a vulnerabilidade e sensibilidade dos valores naturais existentes. Chegou-se assim através de ponderações ao seguinte resultado:

(...) “Nas condições de infraestruturas existentes em 1987, a carga máxima total de alojamento calculada por este estudo, aconselhava a não exceder os 130 utentes, sendo a carga ideal de 77 utentes. A carga máxima recreativa não deveria exceder os 230 utentes

simultâneos, na utilização diária da ilha.” (...) (ponto 7.2.3 – Capacidade de Carga, pág.190)

4.5 – Instrumentos de recolha de dados

Uma das dimensões do conceito de sustentabilidade do turismo diz respeito à qualidade da experiência turística. O estudo, ou melhor, a monitorização das perceções dos turistas constitui um dos indicadores mais recomendados para avaliar a qualidade do produto turístico oferecido pelo destino (WTO, 2001b; Moniz, 2006)

A satisfação dos turistas é fundamental para a repetição da visita e para a recomendação do destino, pelo que constitui um indicador adequado da sustentabilidade do destino a longo prazo, sendo que essa mesma satisfação é influenciada por diversos fatores, tais como o leque de atrações oferecidas pelo destino, o seu posicionamento no mercado, a qualidade dos serviços prestados, as expectativas dos turistas e a experiência obtida com a estadia. Muitos dos elementos que afetam a satisfação dos turistas – como por exemplo a limpeza das instalações, a qualidade da água, a segurança alimentar, o acolhimento do turista nas unidades de alojamento – podem ser controlados, pelo menos em parte, pelas empresas do sector e pelas entidades que gerem o destino. (WTO, 2004; Moniz, 2006).

Tendo em conta estes conceitos podemos afirmar que a satisfação do turista / visitante poderá estar associada ao desempenho ou à forma como se planeou a estratégia turística para o local, se a satisfação obtida for superior às expectativas, deverá manter-se as condições existentes, se não for então será necessário proceder a reajustamentos no produto turístico e a medidas de prevenção de forma a melhorar a qualidade da experiência turística.

O levantamento de dados para a pesquisa foi efetuado por questionário como instrumento de investigação, a aplicado na Ilha da Berlenga, entre os meses de julho e Setembro de 2014. Este processo foi bastante moroso, atendendo à deslocação que teve que ser feita para recolha dos dados, tendo o questionário por vezes sido auto preenchido, mas sempre com um acompanhamento para esclarecimentos necessários a uma correta interpretação e resposta às questões.

O questionário elaborado resultou de uma rigorosa seleção, na tentativa de efetuar as questões necessárias e suficientes para o estudo. Procurou-se ser o mais objetivo possível, dividindo o mesmo em 5 partes, usando uma linguagem clara e acessível ao público-alvo, tendo o mesmo sido aplicado em português e inglês, incluindo vários aspetos relevantes para o estudo, nomeadamente a inclusão de variáveis numéricas e alfanuméricas, qualitativas e quantitativas, sendo relevante na elaboração das questões a utilização de vários tipos de escalas.

Considerando os conceitos e os objetivos do estudo sobre a estratégia turística planeada para a ilha da Berlenga pesquisa/estudo em questão, foram formuladas 5 hipóteses, que juntamente com a análise dos questionários, ajudar-nos-ão a retirar ilações e conclusões para as respostas às nossas questões principais – Qual o nível de satisfação e os motivos da visita à Reserva Natural da Ilha da Berlenga e se o perfil de turista que visita o Arquipélago da Berlenga enquadra-se no previsto no PORN.B.

H1 – Modo de organização da visita – Esta hipótese leva-nos ao conhecimento do número de vezes que determinado individuo visitou a ilha, com quem viajou, como obteve informação sobre a mesma e como organizou a sua viagem e duração da sua estada.

H2 – Avaliação da experiência da visita – Pretende-se com esta hipótese aferir o grau de satisfação no âmbito da viagem à ilha das Berlengas, os motivos relacionados com a sua visita, a importância das diversas infraestruturas e serviços existentes na ilha e a intenção de voltar a visitar a mesma

H3 – Estatuto do Arquipélago das Berlengas – Nesta hipótese pretende-se saber qual o conhecimento que o visitante / turista tem sobre o arquipélago, quais as classificações atribuídas por entidades oficiais e a importância que as mesmas têm ou poderiam ter para a ilha.

H4 – Gestão da sustentabilidade da Ilha das Berlengas – Com esta hipótese pretende-se aferir se as regras existentes e implementadas pelas autoridades responsáveis pela gestão da ilha, foram transmitidas a quem a visita, bem como se as mesmas são demasiado rígidas e que aspetos são considerados mais importantes para a gestão e sustentabilidade da ilha.

H5 - As características demográficas (idade, sexo, nacionalidade, local de residência) apresentam influência na decisão da deslocação? – Pretende-se com esta hipótese, concluir se a motivação da deslocação está relacionada com a proximidade ao local.

Por fim pretende-se auferir dentro dos resultados obtidos no estudo efetuado por Marques. C, Menezes. J, e Reis. E, (2010) qual ou quais são os atuais segmentos de mercado que viaja com mais frequência para a ilha da Berlenga, caracterizando o seu perfil e o motivo da visita, analisando dentro do previsto no PORNB e do projeto da rede ECOS, se o perfil de turista / visitante que se desloca à ilha da Berlenga era o previsto e o pretendido.

4.6 – Amostragem e método da aplicação dos instrumentos

O tamanho da amostra foi de 141 inquiridos, entre os quais 79 % são portugueses, 15 % são estrangeiros e 6 % não responderam à questão sobre a sua nacionalidade. Todos os questionários foram realizados de forma anónima, possibilitando assim maior descrição por parte dos inquiridos.

As entrevistas foram aplicadas na Ilha da Berlenga e a amostra recolhida em períodos diferentes em todos os meses entre 1 de julho e 30 de Setembro de 2014.

4.7 – Análise dos resultados

A análise estatística dos resultados foi realizada com o auxílio do programa IBM SPSS Statistics 21, a análise e enumeração dos grupos de questões e respostas das entrevistas realizadas foram primeiramente registadas no programa Microsoft Office Standard Excel 2010 e a descrição do tema em investigação, bem como as respetivas análise e conclusões foram elaboradas no programa Microsoft Office Standard Word 2010.

Os resultados são apresentados através de tabelas ou gráficos com uma análise individualizada, sendo que algumas sendo de resposta aberta foram tratadas de forma a conseguir-se obter um resultado conclusivo. Nas respostas fechadas as mesmas variam entre respostas diretas de sim e não, respostas entre totalmente irrelevante ou relevante ou resposta entre o estado de concordância total ao de discordância total, conhecida como escala de Likert. Para a caracterização sociodemográfica, as respostas foram agrupadas em categorias de análise para facilitar a investigação, o nível de educação subdivide-se em quatro áreas (básico, secundário, licenciado, mestre/doutorado, sendo que estas últimas duas foram analisadas em conjunto de forma a facilitar a análise dos resultados), a atividade profissional em cinco áreas (trabalhador por conta de outrem, profissional liberal/empresário, estudante, desempregado, reformado) e o rendimento médio mensal do agregado familiar em seis (≤ 400 €, 401–1000 €, 1001–2000 €, 2001–3500 €, 3501–5000 € e > 5000 €).

4.7.1 – perfil sociodemografico da amostra

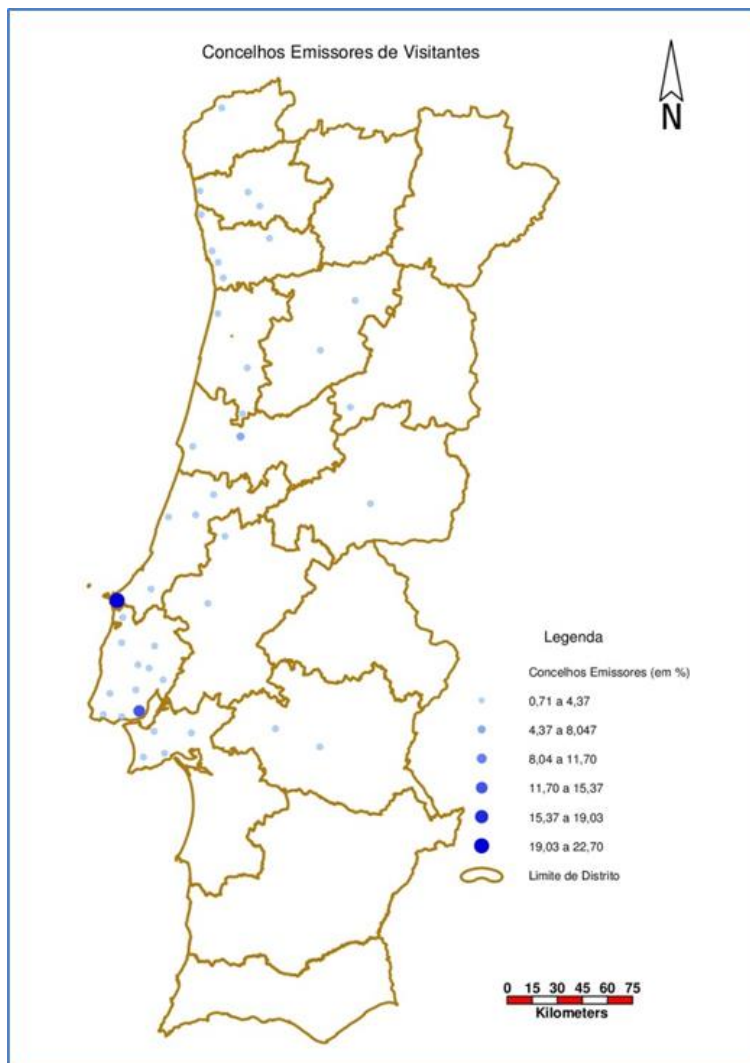
Referente ao perfil sociodemográfico geral da amostra, respondendo assim à hipótese **H5** (página 55), é possível constatar que os inquiridos encontram-se praticamente equilibrados quanto ao género (52 % e 42 %), sendo que o sexo masculino tem apenas dez pontos percentuais do que o sexo feminino e 6 % não responderam à questão. É-nos possível identificar que quem procura a Ilha da Berlenga são maioritariamente jovens com idades compreendidas entre os 20 e os 39 anos. Apenas 36 % detém o ensino secundário, mas ao nível do ensino superior (licenciatura, mestrado / doutoramento) a percentagem ascende aos 52 %, sendo que 48 % são trabalhadores por conta de outrem. No que depende dos seus rendimentos, 23 %, tem rendimentos compreendidos entre os 401 e os 1000 €, mas a maioria detém rendimentos superiores a 1000 €, o que nos indica que a procura é executada por indivíduos de classe média / alta.

Tabela 2 - Perfil Sociodemográfico da Amostra

Género	Feminino	42%		Atividade Profissional	Conta de Outrem	48%
	Masculino	52%			Profissional Liberal	14%
	Não Respondeu	6%			Estudante	25%
		Desempregado			4%	
		Reformado			3%	
		Não Respondeu			6%	
Idade	18-19	9%		Rendimentos	< 400 €	8%
	20-29	36%			401 - 1000 €	23%
	30-39	25%			1001 - 2000 €	29%
	40-49	11%			2001 - 3500 €	14%
	50-59	9%			3501 - 5000 €	7%
	> 60	4%			> 5000 €	4%
	Não Respondeu	6%			Não Respondeu	15%
Habilitações	Básico	6%		Fonte: Inquérito-Elaboração própria		
	Secundário	36%				
	Licenciatura	34%				
	Mestrado / Doutoramento	18%				
	Não Respondeu	6%				

Aquém dos dados do perfil sociodemográfico é importante também auferir a proveniência geográfica dos inquiridos e o seu contributo em termos de percentagem tendo em conta a proporção de determinado concelho em relação ao total de visitantes. No entanto, julgamos que este não transmite uma leitura rápida e intuitiva. No sentido de melhorar essa leitura, julgámos pertinente transmitir uma dimensão espacial à informação. Sendo assim e com base no nome do Concelho obtido através dos inquéritos, foi-nos possível recorrer ao SIG (sistema de informação geográfica). O referido campo permitiu uma ligação a uma base geográfica, a CAOP (Carta Administrativa Oficial de Portugal), o resultado é ilustrado através da Figura 4, e com base nesta é possível constatar que os visitantes / turistas (79 %) se deslocam apenas do centro e norte de Portugal, sendo que existe maior predominância na zona de Lisboa e nos concelhos com maior proximidade geográfica e de forma generalizada no litoral, verificando-se a ausência total de inquiridos provenientes do sul do país e das ilhas dos Açores e da Madeira. Importa ainda, mais uma vez referenciar que se verificou o registo de 15 % de turistas provenientes do estrangeiro e 6 % não responderam à questão sobre a sua nacionalidade.

Figura 5 - Proveniência dos inquiridos

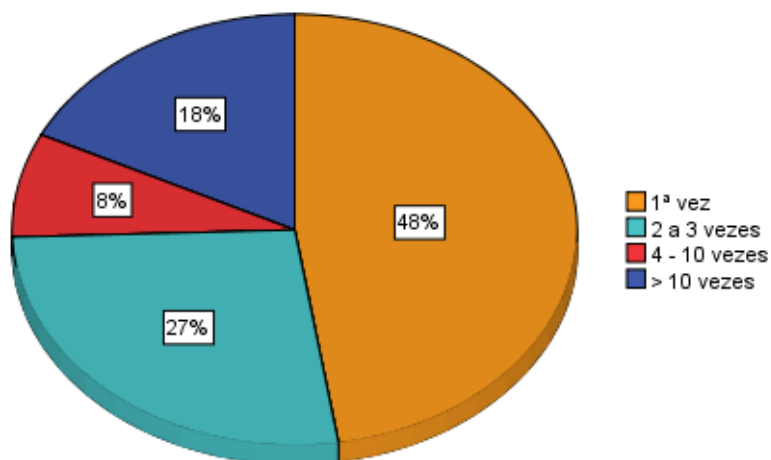


Fonte: Inquérito-Elaboração própria

4.7.2 – Visita à Ilha da Berlenga

No que diz respeito à visita dos inquiridos à Ilha da Berlenga, hipótese **H1** (Página 55), verificou-se que praticamente quase metade dos inquiridos efetuou a primeira visita à ilha, 48 % (Gráfico 1), sendo que 43 % (Gráfico 2), o fez em grupo de 3 a 5 pessoas, como é possível verificar maioritariamente quem visita a ilha fá-lo acompanhado por uma pessoa ou em grupo.

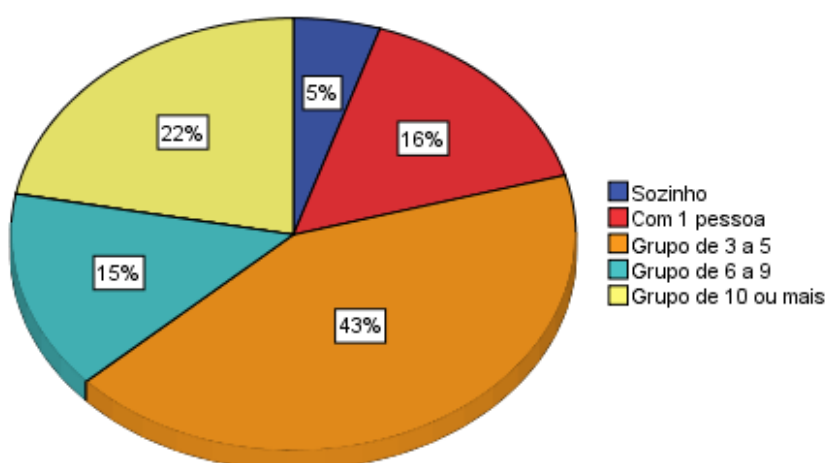
Gráfico 1 - Número de visitas à Ilha da Berlenga



Fonte: Inquérito

Não é usual os turistas ou visitantes viajarem sozinhos para a ilha da Berlenga, o que nos faz deduzir que os 5 % que se verificam no Gráfico 2, poderão em grande parte corresponder a residentes temporários que responderam ao inquérito.

Gráfico 2 - Com quem viajou para a Ilha da Berlenga



Fonte: Inquérito

Esta informação é crucial para nos ajudar a entender mais tarde as motivações da deslocação à ilha, bem como o perfil do turista que a visita, relacionando esta análise com o estudo referido no ponto 3.6 - Perfil dos visitantes das Áreas Protegidas Portuguesas, página 39, mas para tal temos que analisar pontos fundamentais como o modo de obtenção de informação sobre o local e o número de dias de estadia.

Sobre a obtenção de informação e a estada do local em estudo é-nos possível confirmar através da Tabela 3 em que 77 % referiram que obtiveram conhecimento e informação sobre a ilha através de amigos ou familiares que já anteriormente teriam efetuado a mesma deslocação. Por outro lado constata-se a ausência de informação através de canais mais relacionados com atividades turísticas e de informação, como os hotéis ou locais de pernoita temporária, canais de publicitação direta, como a imprensa escrita e reportagens televisivas ou até mesmo publicidade ou informação através de internet, que hoje é uma das maiores portas para o mundo. Essa ausência de informação é ainda mais notória com a larga percentagem (75 %) dos inquiridos a evidenciarem a necessidade da existência de mais informação sobre a ilha.

Tabela 3 - Informação e estada na Ilha da Berlenga

Obtenção de Informação	Amigos/família	77%
	Imprensa	9%
	Internet	21%
	TV	7%
	Hotel	1%
	Inf. turísticas	16%
	Outro	8%
	Não obteve informação	4%
Necessidade de mais informação	Não	25%
	Sim	75%
Duração da estadia na Ilha	1 dia	42%
	2 a 4 dias	14%
	5 a 7 dias	3%
	8 a 9 dias	3%
	10 a 15 dias	1%
	Mais de 16 dias	1%
	Residente no concelho	37%

Fonte: Inquérito-Elaboração própria

Relativamente ao tempo de permanência ou estada na ilha, 42 % dos inquiridos são excursionistas, ou seja são indivíduos que permanecem menos de 24 horas num determinado local, neste caso alguns não regressam ao seu local de residência, uma vez que são turistas de ocasião, sendo que o seu destino turístico de origem é outro que não o Arquipélago da Berlenga. Uma pequena minoria, 14 % permanece temporariamente na ilha entre dois a três dias e 37 % dos inquiridos são indivíduos que por razões laborais residem sazonalmente na ilha ou são residentes no concelho de Peniche que escolhem como destino preferencial este local para as suas férias, sendo que face à opinião sobre a sua experiência, sobre a imagem do destino e opinião da gestão para a sustentabilidade da ilha em relação aos inquiridos que efetuaram pela primeira vez a visita ao local de estudo, denotam-se algumas diferenças.

4.7.3 – Análise das perceções turísticas

A perceção que os turistas têm de um determinado destino é um fator fundamental na eleição do mesmo. É importante destacar que esta perceção é uma simplificação das informações e experiências que o turista tem com relação ao destino turístico. Ainda que a imagem seja de fato uma representação verdadeira do que oferece um destino turístico, o que é importante é a imagem que existe na mente do turista (Gândara, 2008).

Para melhor entendimento da perceção turística dos inquiridos, não só num todo e para responder às hipóteses de partida, **H2**, **H3** e **H4** (Página 55), dividimos a amostra em dois grupos homogêneos na procura pelo destino, mas possivelmente com motivações diferenciadoras, que se relaciona com a visita ao local de estudo e que nos poderá dar uma ideia sobre a imagem do local, baseado em experiências e visões também diferentes. Assim sendo foram analisados separadamente o grupo dos inquiridos que visitaram o Arquipélago das Berlengas, mais concretamente a Ilha da Berlenga por:

- **B1** – os que a visitaram pela primeira vez;
- **B2** – os que a visitaram mais do que uma vez;

Desta forma podemos entender melhor qual a sua opinião face à experiência da visita e sobre a gestão planeada para a sustentabilidade do Arquipélago, baseado na experiência de uma primeira abordagem à ilha ou de uma experiência recorrente.

Primeiramente fez-se uma análise individualizada de cada grupo face ao seu género e idade, onde nos é possível verificar que na divisão dos grupos que o sexo masculino surge maioritariamente no grupo que viaja pela primeira vez para o Arquipélago (B1), enquanto no grupo que já efetuou mais do que uma viagem (B2) os sexos encontram-se praticamente divididos. A faixa etária entre os 20 e os 39 a que mais procura o Arquipélago, enquanto nas habilitações literárias, apenas no campo da licenciatura o grupo B2 se sobrepõe ao grupo B1 com 38 %, estando os restantes equiparados.

Tabela 4 - Género e idade dos grupos definidos

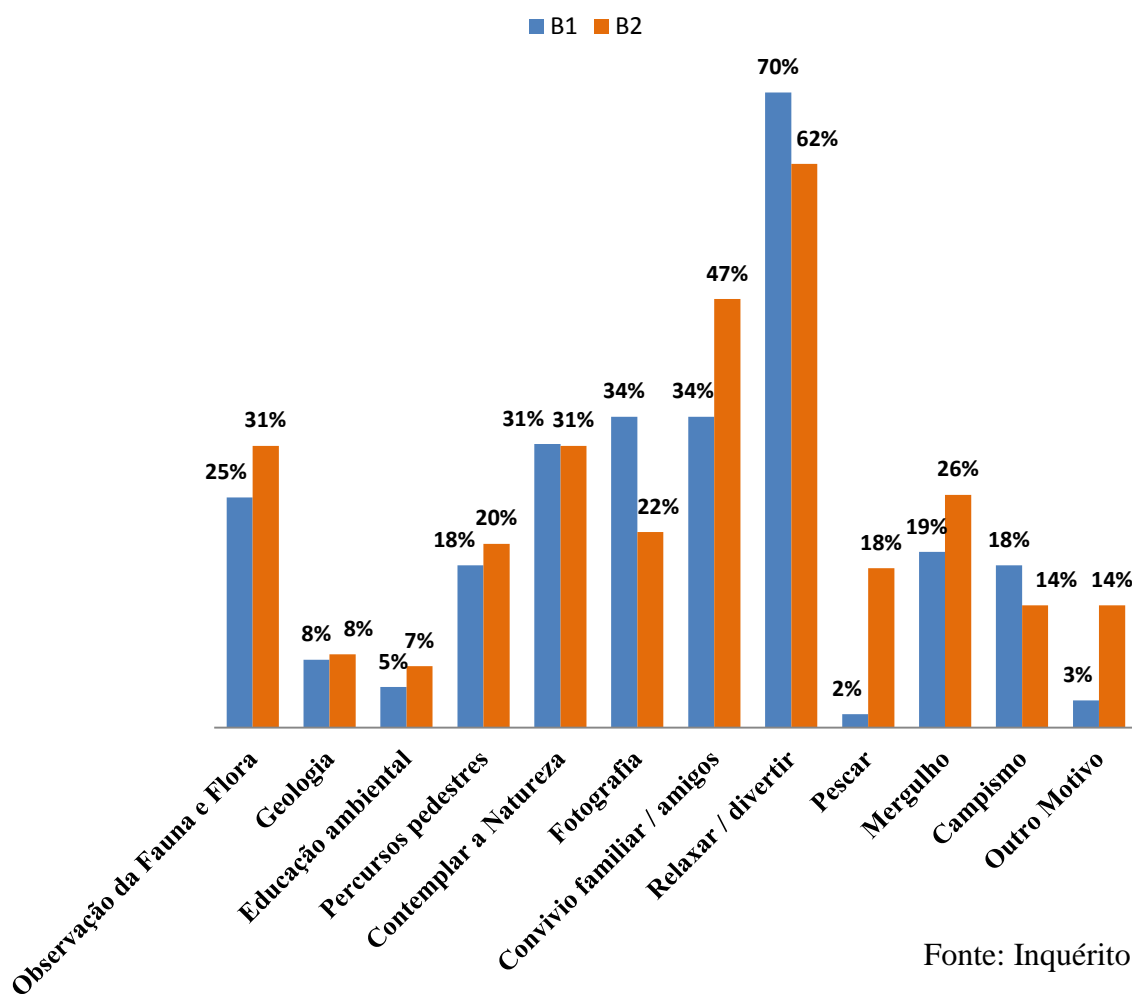
		B1	B2
Género	Feminino	36%	47%
	Masculino	60%	45%
	Não responde	5%	8%
		B1	B2
Idade	18-19	5%	14%
	20-29	36%	37%
	30-39	24%	26%
	40-49	12%	10%
	50-59	9%	10%
	> 60	6%	3%
	Não Respondeu	9%	3%
		B1	B2
Habilitações	Básico	5%	8%
	Secundário	37%	35%
	Licenciatura	30%	38%
	Mestrado / Doutoramento	19%	16%
	Não respondeu	9%	3%

Fonte: Inquérito-elaboração própria

As motivações para a viagem ao Arquipélago são diversas sendo que a maior procura, como é possível observar no Gráfico 3, são o relaxamento e a diversão com

elevada percentagem de ambos os grupos (B1 -70 % B2- 62 %), ou o convívio com a família e amigos (B1- 34 % e B2 – 47 %), sendo que em terceiro lugar aparecem quase em igualdade de percentagens, a procura pela fotografia, pela contemplação da natureza ou pela observação da fauna e da flora existente, ou seja por tudo o que deveria ser o motivo de visita de uma zona protegida.

Gráfico 3 - Motivação para a viagem

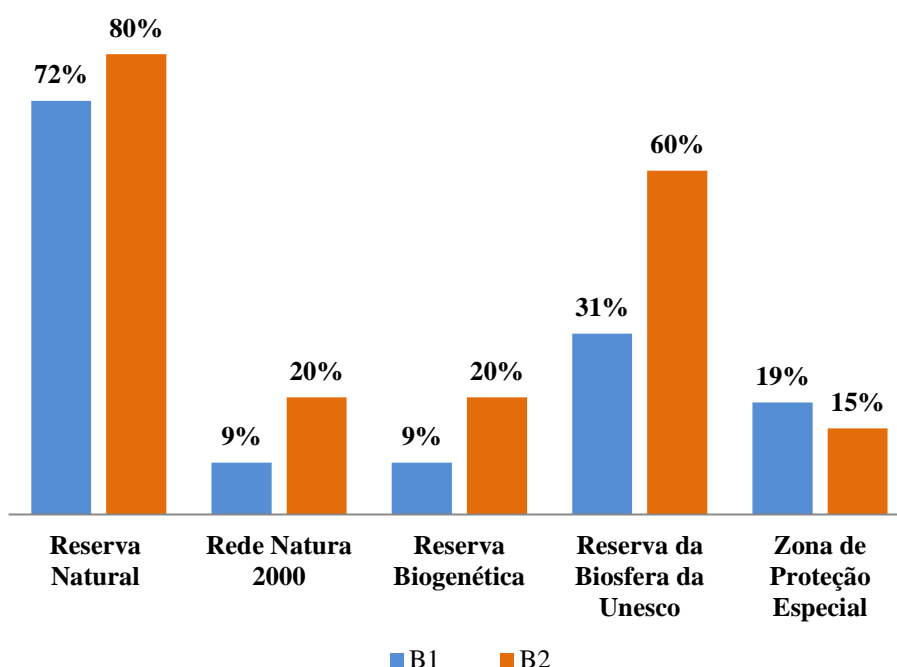


Quanto à informação prestada antes do embarque, no total dos dois grupos 28 % dos inquiridos encontra-se satisfeito com a informação prestada, enquanto 26 % encontra-se muito satisfeita, o que é coerente com a pergunta do questionário – “As regras relativas à área protegida foram-lhe transmitidas?” – 46 % responde que sim, mas mais de metade

dos inquiridos responde que não lhe foram transmitidas quaisquer regras sobre qual poderá ser a sua atuação no Arquipélago. No que diz respeito às regras impostas pela Reserva Natural das Berlengas (RNB) a mesma percentagem de 46 % responde que sim, mas quando questionados sobre se as regras existentes são adequadas aos objetivos da Área Protegida, apenas 6 % responde que sim, o que nos dá a entender que existe uma consciencialização de que mais restrições seriam necessárias para a manutenção da pegada ecológica da Reserva.

No entanto quando questionados sobre o seu conhecimento das classificações, sendo que os inquiridos poderiam escolher todas as opções, nota-se uma ligeira diferença entre o grupo B2 e o grupo B1, o que poderá significar que o aumento da visita ao local produzirá um maior conhecimento sobre a área, no entanto quando os inquiridos foram questionados sobre a importância das referidas atribuições para o arquipélago, mas de metade tanto de um grupo, como de outro desconhece a sua importância para local, talvez derivado á falta de informação prestada nos diversos meios, inclusive na ilha.

Gráfico 4 - Conhecimento das classificações atribuídas ao Arquipélago das Berlengas



Fonte: Inquérito

A nível cultural, e uma vez que a recolha dos dados era elaborada na altura da partida da ilha, foi elaborada uma questão, (2.5 do questionário em anexo), sobre o motivo da construção do forte de São João Batista, uma vez que este seria um dos pontos de interesse cultural (ver pág. 44), com maior relevância e logo com maior probabilidade de conhecimento. No entanto apenas **3 %** dos inquiridos no geral, respondeu corretamente que o mesmo foi mandado construir como ponto estratégico para defesa e proteção, existindo repostas que evidenciaram que o mesmo teria sido uma prisão ou um porto de abrigo.

Figura 6- Fortaleza de S. João Batista



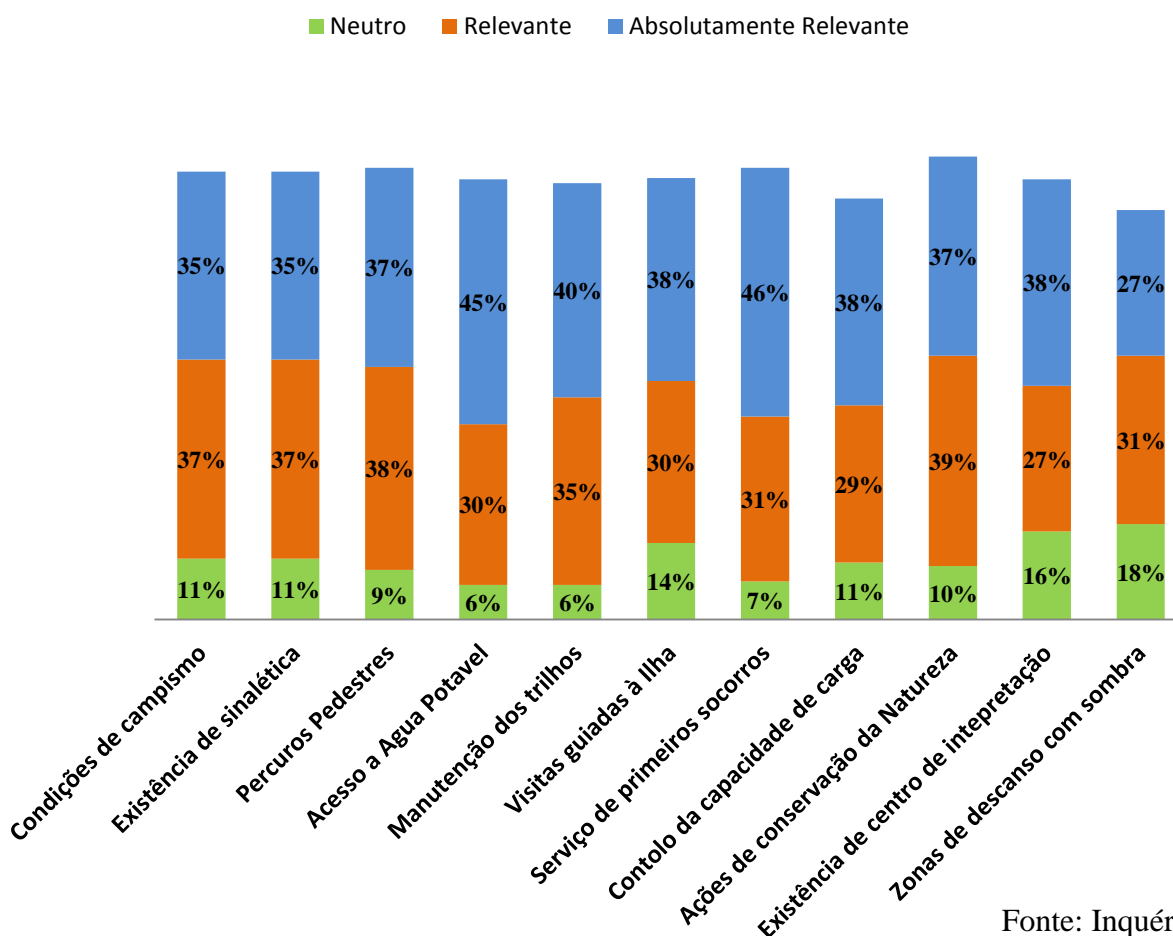
Fonte: Wordpress

4.7.4 – Perceção das infraestruturas e necessidades

Quando falamos de infraestrutura turística, referimo-nos ao conjunto de bens e serviços que estão à disposição do turista, como parte integrante, fundamental ou acessória, do fenómeno turístico. A infraestrutura turística de um núcleo abrange a infraestrutura de acesso, a infraestrutura urbana básica, os equipamentos e serviços turísticos, os equipamentos e serviços de apoio e os recursos turísticos (Barretto 1991: 48)

As infraestruturas existente na ilha da Berlenga são as mínimas e indispensáveis ao funcionamento provisório da ilha e de quem a visita ou nela reside e como tal pretendemos aferir o grau de relevância de cada uma e quais as necessidade elencadas pelos inquiridos.

Gráfico 5 - Importância das infraestruturas existentes na ilha da Berlenga

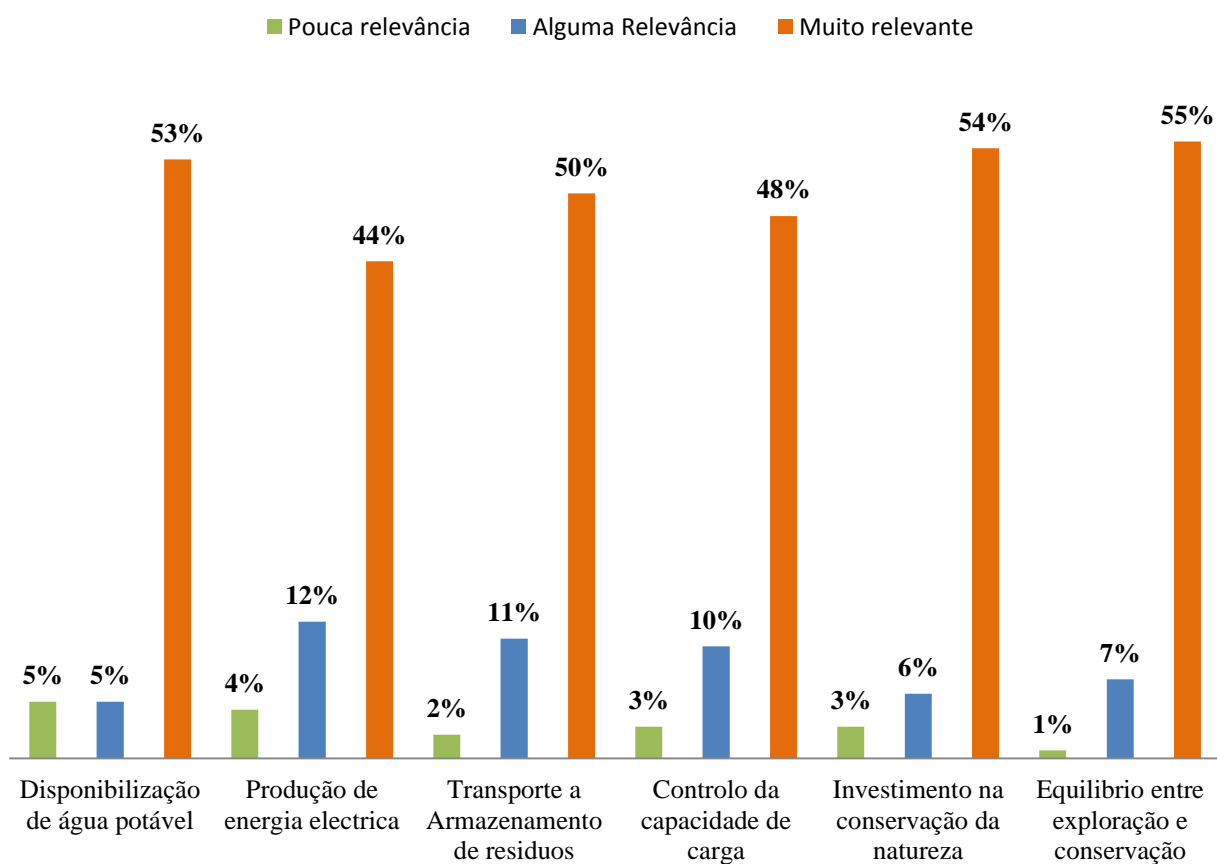


Fonte: Inquérito

Como se pode observar no Gráfico 5, os inquiridos definem como relevante ou absolutamente relevante a existência de todas as infraestruturas elencadas, bem como a melhoria ou o aparecimento de mais locais de apoio, tais como as zonas de sombra que praticamente e neste momento são inexistentes, sendo que definimos sombras de sombra como parque de merendas ou zona de refeições.

Por outro lado a opinião dos mesmos, referente às medidas e às infraestruturas de serviços de apoio é completamente esmagadora, principalmente nos inquiridos no grupo B2, quanto à necessidade de melhoramento e a sua relevância que estes têm para o local, como podemos verificar no Gráfico 6 praticamente em todos os serviços pelo menos metade definiu como muito relevante a sua manutenção e melhoria. O grupo B1 foi dos que evitaram responder á questão, uma vez que não tinham conhecimento suficiente para emitirem uma opinião sobre o assunto.

Gráfico 6 - Medidas para a sustentabilidade da ilha da Berlenga



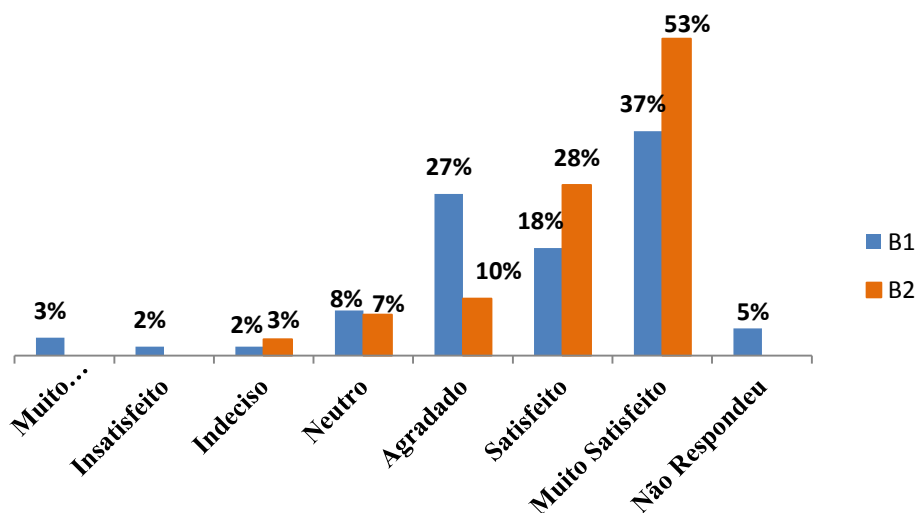
Fonte: Inquérito

Denota-se alguma preocupação por parte dos inquiridos face à conservação da sustentabilidade na reserva natural, tendo a medida do equilíbrio entre a exploração dos operadores turísticos e a conservação da natureza obtido 55 % como muito relevante. O controlo de capacidade de carga, obteve 48 % de escolha como muito relevante para o local, o que significa que menos de metade dos inquiridos, não considera esta medida importante, no entanto esta é de todas a que ajudará com mais facilidade que todas as outras sejam postas em prática e até reduzindo a necessidade de produção e disponibilização de energia e água, bem como, no transporte e armazenamento de resíduos para o continente. Em alguns dias a ilha da Berlenga chega a ter entre as 12:00 e as 16:00 horas, cerca de 900 pessoas por dia, sendo que a sua capacidade de carga estimada é de 350 pessoas diariamente.

4.7.5 – Perceção quanto à experiência e à satisfação da visita

A imagem turística influencia, consideravelmente, a preferência, a motivação e o comportamento dos indivíduos com relação ao processo de escolha de um destino turístico. Paralelamente, confere uma relevância estratégica para as regiões onde a atividade turística se desenvolve (Rodrigues e Brito, 2009).

Gráfico 7 - Grau de satisfação com a visita

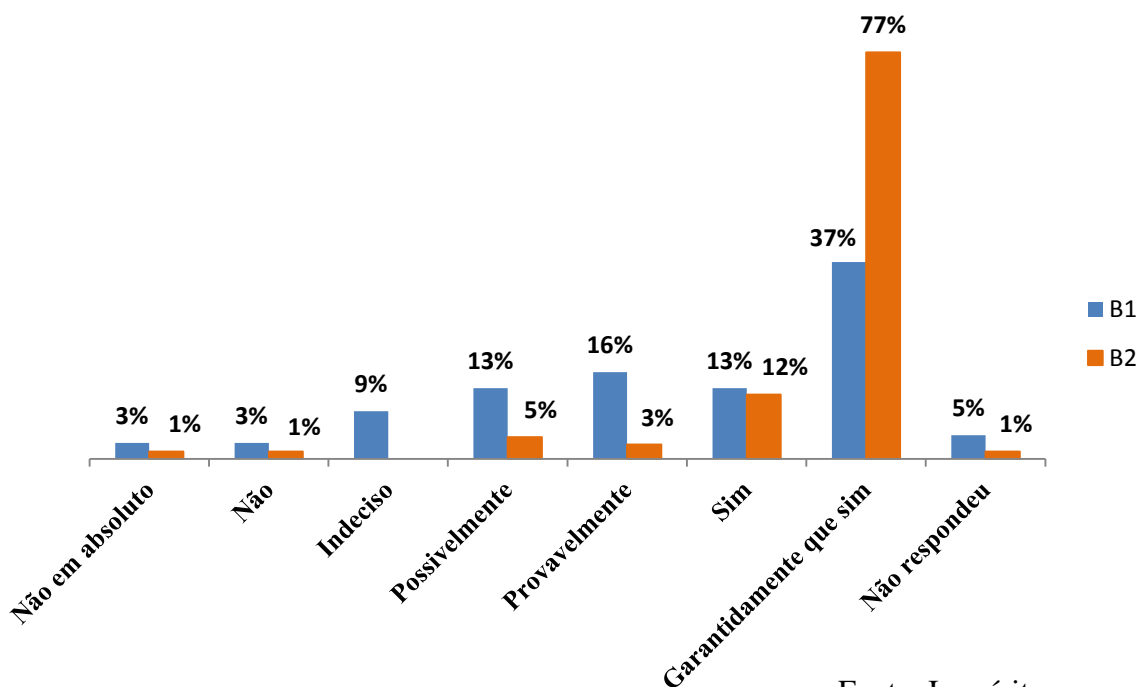


Fonte: Inquérito

Os resultados referentes à imagem e ao grau de satisfação, com que os inquiridos ficaram da visita ao arquipélago das Berlengas são bastante esclarecedores e diferenciadores entre os dois grupos da amostra. Os resultados explanados no Gráfico 7 indicam que quem volta á ilha obtém uma imagem mais esclarecedora sobre a ilha e a sua beleza, principalmente para quem lá pernoita. Os dados recolhidos demonstram um grau de satisfação face á experiência vivida do grupo B2, com cerca de 53%, para 37% do grupo B1, no campo de muito satisfeito. No geral nenhum dos grupos sai da ilha insatisfeito, apenas com uma ou outra exceção.

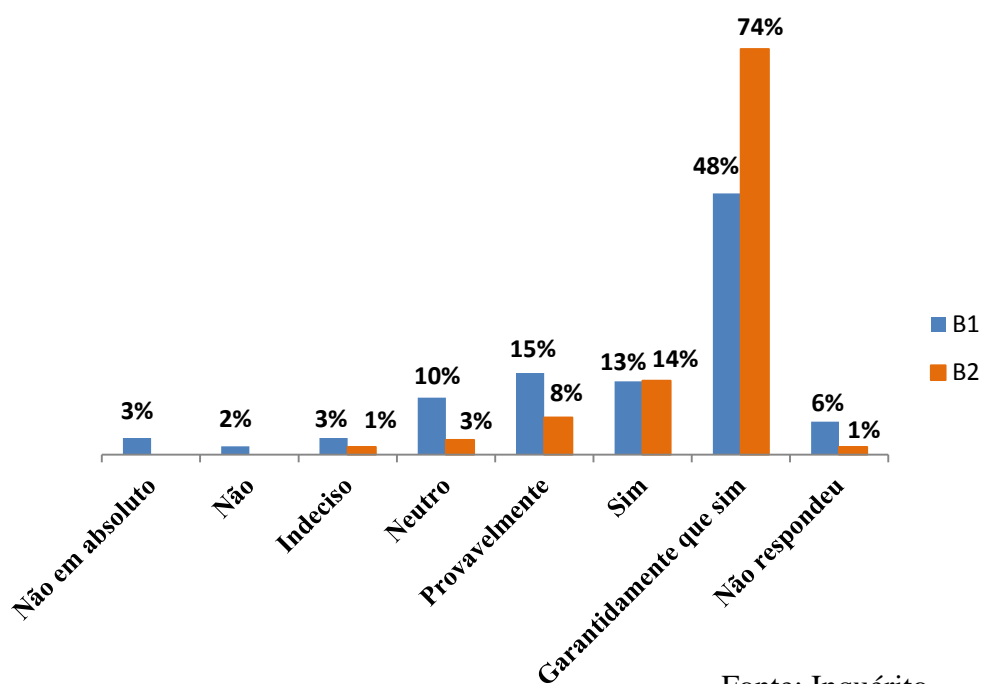
Estes dados são ainda mais reforçados, com os dados do Gráfico 8 referentes à intenção em voltar à ilha. Uma vez mais o grupo B2 demonstra uma grande intenção em voltar, superior ao grau de satisfação, com **77 %** dos inquiridos a referir que garantidamente irá voltar à ilha. Também o grupo B1, apesar de não se ter demonstrado no geral muito agradado, refere que pretende voltar a visitar a ilha da Berlenga.

Gráfico 8 - Intenção em voltar à ilha da Berlenga



Os valores da recomendação da ilha (Gráfico 9), para possível destino de férias não diferem muito dos anteriores apresentados no Gráfico 8, apenas com uma ligeira subida tanto no grupo B1, como no Grupo B2 (74 % e 48 % no campo de garantia como recomendação), em que apenas uma pequena minoria não a recomendaria em absoluto como destino turístico. Todos estes resultados nos indicam que esta ilha tem realmente algo de especial que nos faz um dia querer voltar.

Gráfico 9 - Recomendação da ilha da Berlenga como destino turístico



V – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os principais fatores que contribuem para a conservação das áreas protegidas ou para áreas sensíveis e de pequena dimensão, estão o desenvolvimento legal para o incentivo da proteção do meio ambiente, a sensibilização para o controlo do uso dos recursos naturais existentes, através da aplicação de regras e criação de princípios ou códigos de boa conduta para quem as visita e para as populações locais.

As zonas costeiras e os ecossistemas existentes nas mesmas criam uma identidade característica do local, contribuindo para o bem-estar económico e social da localidade e em consequência da população em geral, representando assim uma fonte de rendimento. No entanto a exploração desmesurada e descontrolada dos recursos naturais, gera conflitos que põem em causa a preservação da biodiversidade e consequentemente das atividades socioeconómicas que deles dependem.

O setor do turismo tem vindo a passar por diversas transformações, tornando-se num sector de desenvolvimento para as regiões que possuem atrativos turísticos ainda não descobertos ou não totalmente desenvolvidos. Construindo novos modelos de negócio irão gradualmente penetrar em novos segmentos de mercado, aumentando assim as ofertas, desta forma torna-se urgente conseguir conciliar os três fatores do turismo sustentável, nomeadamente o económico, social e ambiental de forma a evitar danos irreparáveis sobre as áreas protegidas.

No mundo em que a informação é cada dia mais veloz, mutável e sigilosa, ter uma análise crítica sobre os fatos é uma importante ferramenta para quem deseja conquistar novos ideais. Prever e acompanhar tendências talvez seja o melhor caminho para o conhecimento dos novos mercados, de novos produtos e tendências da procura, porém, analisar o conteúdo apurado em pesquisas com senso crítico aguçado, é uma forma de tentar se manter "estável" a procura turística.

Apurar o macro ambiente junto com suas variáveis, é a princípio uma tentativa de obter informações que podem, de certa forma, expor oportunidades e ameaças. É nessa análise do todo, que se pode ter uma visão geral das necessidades e das medidas

necessárias para delinear qual rumo a ser tomado. Não é tarefa fácil, porém, é de extrema importância a manutenção da sustentabilidade para as gerações futuras.

O consumidor dos dias de hoje encontra-se cada vez mais bem informado, seja através dos meios de comunicação social, seja através da porta para o mundo que é a internet, num contexto onde o novo paradigma turístico dá ao turista o papel de protagonista, o que conta são as experiências e, as vivências que com elas se relacionam, exigindo muita criatividade e constante renovação do produto turístico.

Sob análise do Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Berlenga é possível apurar que se pretende para a ilha um turista informado, com preocupações ambientais e de sustentabilidade, que procure o arquipélago sob o ponto de vista da sua beleza natural e da biodiversidade existente. Porém ao analisarmos o perfil dos visitantes já definido através do estudo de Marques. C, Menezes. J, e Reis. E, (2010), juntamente com a análise dos resultados adquiridos através dos inquérito executados na ilha da Berlenga, é-nos possível afirmar que o turista que hoje em dia visita a ilha, se resume separadamente nos dois grupos criados, a excursionistas (B1), que são aqueles que são influenciados pela família e amigos a visitar parques para alcançar a realização pessoal dando pouco valor ao ambiente natural, e a visitantes urbanos (B2) que visitam os parques próximos da sua zona de conforto (residência), influenciados pela família e amigos com objetivo de desfrutar a natureza, com o intuito de relaxar e estar com a família e amigos.

Existe a necessidade, por parte das entidades locais e nacionais responsáveis, de planear e mudar o paradigma da procura pela área protegida para que as gerações futuras possam usufruir deste recurso turístico que muito valoriza a nossa cidade e a nossa região.

“A noite cai sobre a ilha, num beijo prateado de nostalgia. A lua banha as encostas, recortando sombras e fantasmas pelas arribas. O farol risca, a espaços certos, o horizonte, como aviso aos mareantes. As pardelas rasgam o silêncio, quebrado apenas pelo açoitar sereno das ondas, com os seus pios solitários e supersticiosos.

Partimos.

E para além da escuridão, apenas entrecortada pela luz branca do farol, que teima em rodar iluminando o horizonte, para além da saudade que nos arrasa a alma magoada de partir, adivinhamos os contornos imprecisos da ilha, das grutas recortadas em arabescos irreais, das algas irrequietas nas águas translúcidas.

Adivinhamos, pressentimos, palpamos misteriosamente toda a beleza, todo o sortilégio da Berlenga, - A Ilha do Sonho...” (In Peniche na História e na Lenda, 1984)

VI - BIBLIOGRAFIA

Aldemira, V. (1956): Memorial da Berlenga, Editora: Lisboa.

Álvarez Sousa, A (1994): El ocio turístico en las sociedades industriales avanzadas. Barcelona: Bosch.

Amirou, R (2007). Imaginário Turístico e Sociabilidades de Viagem. Editora Estratégias Criativas e APTUR – Associação Portuguesa de Turismologia, Porto.

Andrade, V. José, (1999), Turismo: Fundamentos e dimensões, Editora Ática, pp. 61 - 119.

Barretto, M. (1991). Planejamento e organização em turismo. Papyrus Editora.

Barretto, M. (2006). Manual de iniciação ao estudo do turismo. Papyrus Editora.

Batista, D. (2010) Turismo, contributo para o desenvolvimento sustentável de áreas protegidas. Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Beeri, Asuncion, & Martin, D. Josefa (2003), «Tourist's characteristics and the perceived image tourist destinations: a quantitative analysis – a case study of Lanzarote, Spain» *Tourism Management*.

Bensusan, N. (2006). Conservação da biodiversidade em áreas protegidas. FGV Editora.

Bohm Gmelch, Sh. (coord.) (2004): Tourists and Tourism. A Reader. Long Grove: Waveland Press, pp. 3-21.

Boyer, Marc. L'invention du tourism. Triste: Découvertes Gallimard, 1996.

Bridi, G., & dos Santos, M. M. C. (2014). Formação e atuação do turismólogo no cenário das agências de turismo: contrapondo competências. EDIPUCRS.

Calado, M., (1984). Peniche na História e na Lenda.

Cardozo, P. F. (2006). Considerações preliminares sobre produto turístico étnico. Revista de Turismo/Patrimônio Cultural, 143-152.

Castro, J. P. (2004). Parque Natural Douro Internacional/Arribes del Duero territórios transfronteiriços: suas dinâmicas (Doctoral dissertation, Universidade do Minho).

Castro, J. P., Martins, F. C., & Esteves, E. T. (2010). O desenvolvimento turístico em Trás-os-Montes: perfil do visitante à cidade de Mirandela. In 16º Congresso da APDR (pp. 872-896). APDR.

Constituição da Republica Portuguesa de 1993. Acedido a 15 de abril de 2015, em: <http://www.dre.pt/pdf1sdip/1993/01/019a00/02710277>.

COHEN, E. (1972). Toward a sociology of international tourism. *Social research*, 164-182.

Cooper, L., Fletcher, J. e outros (2005) *Turismo Princípios e Práticas*. 3ª Edição. UK: Bookman Editora

Correia, A., Valle, P. E Moço, C. (2007). Modeling motivations and perceptions of Portuguese tourists, *Journal of Business Research*, 60 (2007), 76-80.

Crompton, J.L & Mcakay, S. L (1997), «Motives of Visitors Attending Festival Events», *Annals of Tourism Research*, vol. 24, nº 2.

Cunha, L. (1997). *Economia e Política do Turismo*, Lisboa: McGraw-Hill

Cunha, L. (2001). *Introdução ao Turismo*, Lisboa, Editorial Verbo

Cunha, L (2013). *Economia e Política do Turismo*, Lisboa, LIDEL – Edições Técnicas, Lda

De Souza (2010), T. R. *Lazer e Turismo: Reflexões Sobre Suas Interfaces*.

Deprest, F., (1997). *Inquérito sobre o turismo de massa: a ecologia face ao território*. Éditions Belin.

Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Acedido em 28 de outubro de 2015, em:

http://www.apambiente.pt/_zdata/Politicass/DesenvolvimentoSustentavel/1972_Declaracao_Estocolmo.pdf

Dias, Reinaldo; Aguiar, Marina. *Fundamentos do turismo*. Campinas, SP: Alínea, 2002.

Dumazedier, J. (1974). *Sociology of leisure*. Elsevier Scientific Publ. Co.

Esteves, E. (2002), “Oferta e procura do sector turístico no distrito de Bragança”
Dissertação de Mestrado na Universidade do Minho, Braga.

Fakeye, P. C., & Crompton, J. L. (1991). Image differences between prospective, first time, and repeat visitors to the Lower Rio Grande Valley. *Journal of Travel Research*, 30, 10–16

Ferretti, Eliane Regina. "Turismo e meio ambiente: uma abordagem integrada." *Roca* (2002).

Fourastié, Jean. "Lazer e Turismo." Rio de Janeiro, Salvat Editora do Brasil SA (1979).

Fundação Getúlio Vargas (1991). *Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento: O Nosso Futuro Comum*.

Gândara, J. M. G. (2008). A imagem dos destinos turísticos urbanos. *Revista Eletrônica de Turismo Cultural*, 1-22.

Gleitman, H., Fridlund, A. J., & Resiberg, D. (2007). *Psicologia*. 7ª Edição.7

Gnoth, J. (1997). Tourism motivation and expectation formation. *Annals of Tourism Research*, 24(2), 283–304.

International Union for Conservation of Nature - Management os protected áreas. Acedido a 15 de novembro de 2015, em: <https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/1996-013.pdf>

Instituto de Conservação da Natureza - PORN B – Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Berlenga. Peniche. Acedido Julho 15, 2015, em http://www.cmpeniche.pt/uploads/PDF_Berlengas_Laboratorio/PO_RNB_Relatorio.pdf

Instituto de Conservação da Natureza. Acedido a 28 de novembro de 2015, em: <http://www.icn.pt/>

Joaquim, G. (1997). Da Identidade à Sustentabilidade ou à Emergência do “turismo responsável”- *Sociologia – Problemas e Práticas* nº 23, 1997.

Kim, Samuel Seongseop, Lee, Choong-ki & Klenosky, David B. (2003), «The Influence of push and pull factors at Korean national parks», *Tourism Management*, 24.

Lafant, M., and N.H.H. Graburn (1992). "International Tourism Reconsidered: The Principle of the Alternative." In *Tourism Alternatives, Potentials and Problems*.

Lima, S., & Partidário, M. D. R. (2002). *Novos Turistas e a Procura da sustentabilidade- Um novo segmento de mercado turístico*. Lisboa: GEPE-Gabinete de Estudos e Perspetiva Económica do Ministério da Economia.

MAOT (2001) – *Estratégia Nacional para a Proteção da Natureza e da Biodiversidade*

Marques, C., Reis, E., & Menezes, J. (2010). Profiling the segments of visitors to Portuguese protected áreas. *Journal of Sustainable Tourism*.

Maslow, A. H. (1943). A theory of human motivation. *Psychological review*, 50(4), 370.

Mccabe, A.S. (2000). Tourism Motivation Process. *Annals of Tourism Research*, 27 (4), 1049-1052.

Middleton, C.T.V. (1994), "Marketing in travel and tourism", 2.^a Edição. Butterworth Heinemann Ltd.

Miguel, G. & Silveira, R. (2008), *Vai Pra Onde? Análise do Composto Mercadológico de um Destino Turístico em Santa Catarina*. Acedido em 17 abril, 2015 do RBTur, Website: <http://revistas.univerciencia.org/turismo/index.php/rbtur/article/view/111/136>

Moniz, Ana Isabel Arruda. "A sustentabilidade do turismo em ilhas de pequena dimensão: o caso dos Açores." (2006).

N-º1, DL 19/93 de 23 de Janeiro. Acedido a 04 de janeiro de 2016, em: <http://www.idesporto.pt/DATA/DOCS/LEGISLACAO/doc130.pdf>

Oliveira, C. (2013), *Caracterização do mercado de actividades de Turismo de Natureza em Portugal*. Tese de mestrado não-publicada, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.

Pérez, X. P. (2009). *Turismo cultural. Uma visão antropológica*.

Pires, P. (2002), *Dimensões do Ecoturismo*. São Paulo: Senac

Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Berlengas. Município de Peniche, (2015).
Acedido a 16 de abril de 2015, em: <http://www.cm-peniche.pt/>

Prado, M. V. P., Andrade, J. R. L., & Faccioli, G. G. (2004). Turismo sustentável e capacidade de carga dos atrativos turísticos no município de Canindé do São Francisco/SE: Uma reflexão dos aspectos metodológicos. II Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade.

Queirós, M. (2001). Os Parques Naturais e o Ordenamento do território em Portugal. *Edições Colibri, Inforgeo*, 16(17), 141-150.

Reiner, S. & Santos, R. (2002), *Berlengas a História e as estórias*. 1ª Edição. Intermezzo – Audiovisuais, Lda, Lisboa

Rodrigues, Z., & Brito, P. Q. (2009). A imagem turística de Portugal no Brasil: A influência dos atributos na formação da imagem de um destino turístico. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, 8(2), 39-50

Rodrigues, A. S., & Mallou, J. V. (2014). A influência da motivação na intenção de escolha de um destino turístico em tempo de crise económica. *International Journal of Marketing, Communication and New Media*, 2(2).

Ruschmann, D. (1997), *Turismo e Planeamento Sustentável – A Proteção do Meio Ambiente*. 14ª Edição. São Paulo: Papirus Editora

Sabbag, O. J., Silva, J., & Savy, J. (2004). Turismo rural e motivação. *Revista Científica Eletrônica Turismo*, (2).

Seaton, A., & Bennett, M. (2000). *Marketing tourism products: Concepts, issues and cases* (2nd ed.). London: International Thomson Business Press.

Swarbrooke, J., & Horner, S. (2001). *Business travel and tourism*. Routledge.

Tershy, B., Donlan, C., Keitt, B., Croll, D., Sanchez, J., Wood, B., et al. (1999) *Island conservation in north-west Mexico: a conservation model integrating research, education and exotic mammal eradication*. London, UK: IUNC Publication Services Unit.

Vicente, F. L. (2012). Viagens e exposições-D. Pedro V na Europa do século XIX. CITCEM-Publicações, 191-200.

Website Jornal Público. Acedido em 05 de fevereiro de 2016, em: <http://www.publico.pt/ecosfera/noticia/portugal-podera-ter-400-mil-quilometros-quadrados-de-areas-marinhas-protegidas-1661374>

World Tourism Organization. Acedido em 16 de dezembro, 2015, em: <http://media.unwto.org/en/content/understanding-tourism-basic-glossary>

World Tourism Organization - Sustainable Development of Tourism. Acedido em 06 de janeiro de 2015 do UNWTO Archive web site: <http://sdt.unwto.org/content/about-us-5>

ANEXOS

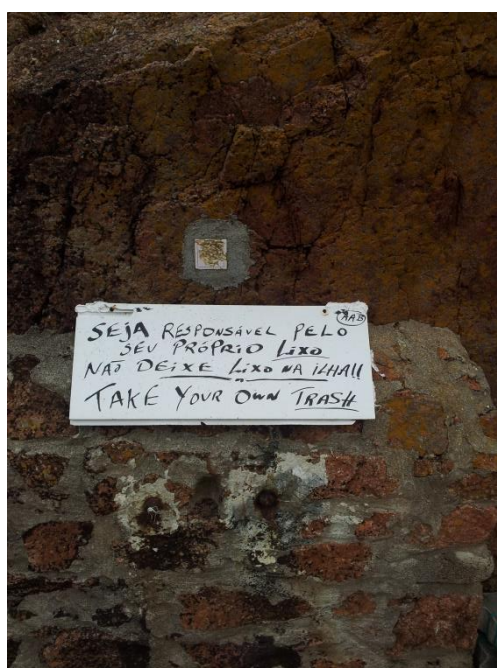
Anexo A

Figura 0 1 - Recolha de resíduos sólidos na ilha da Berlenga



Fonte: própria

Figura 0 2 - Cartaz de sensibilização para a limpeza da Ilha da Berlenga



Fonte: própria

Figura 0 3 - Operadores turísticos na Ilha da Berlenga



Fonte: própria

Figura 0 4 - Exemplo de excesso de carga na Ilha da Berlenga



Fonte: própria

Anexo B

INQUÉRITO AOS VISITANTES DA ILHA DA BERLENGA

Data: ___/___/2014

O presente estudo tem como objetivo conhecer os motivos da visita à Ilha da Berlenga, bem como o nível de satisfação dos visitantes, sendo realizado pela Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar (GIRM+GITUR) em parceria com a C.M. de Peniche e Reserva Natural das Berlengas – Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF). Sobre este assunto não existem respostas certas ou erradas, e a única coisa que nos interessa é a sua opinião sincera. O inquérito é anónimo, e os dados pessoais solicitados servirão unicamente para efeitos de caracterização estatística da amostra.

Agradecemos desde já a sua colaboração!

1. Sobre o modo como visitou a Ilha da Berlenga

1.1. Quantas vezes visitou a ilha nos últimos três anos, incluindo esta visita?

- 1) Primeira vez 2) De 2 a 3 vezes 3) De 4 a 10 vezes 4) Mais de 10 vezes

1.2. Com quem viajou?

- Sozinho Com 1 pessoa Grupo (3 a 5 pessoas) Grupo (6 a 9 pessoas) Grupo (10 ou mais)

1.3. Indique os meios através dos quais obteve informação sobre a Ilha da Berlenga (Pode indicar mais do que um):

- Amigos/familiares Imprensa Internet TV Hotel Informações turísticas Outro meio
 Não obtive qualquer tipo de informação antes da visita

1.4. Acha necessário existir mais informação sobre a Ilha da Berlenga? Sim Não

1.5 Como organizou a sua viagem à Ilha?

- Compra na loja operador Marítimo-Turístico local Reserva através de uma agência de viagem Via Internet
- Excursão Comprou no Hotel Outro tipo de organização. _____

1.6. Como escolheu o operador Marítimo-Turístico?

- Dirigi-me a um quiosque Procurei o que oferecia a melhor embarcação Aconselhado por amigos/familiares
- Escolhi pela Net Procurei o que oferecia os melhores preços Foi o Hotel que me aconselhou
- Outra opção. Qual? _____

1.7. Caso tenha respondido 1 ,qual foi o operador maritimo-turistico que utilizou:

- Viamar (Cabo Avelar Pessoa) Miragem Noa
- Lubremar Pássaro do Sol São José ao Leme
- D'inor Nevada Viajante
- Marina Marco Porto Batel Rumo ao golfinho
- Mercus Julius Nau
- Amor é vida Atraente Só Embarcação particular

1.8. Qual a duração da sua estadia em Peniche?

menos de 1 dia ____ dias (número) Sou residente no concelho

1.9. Qual a duração da sua estada na Ilha da Berlenga?

menos de 1 dia ____ dias (número) Sou residente no concelho

2. Sobre a experiência de visita à ilha da Berlenga

2.1. Refira o seu grau de satisfação no âmbito da viagem à Ilha da Berlenga:

	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Neutro	Satisfeito	Muito Satisfeito
Serviço de atendimento no quiosque	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Preços praticados para o pacote escolhido	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Informação prestada antes do embarque	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Condições da embarcação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Condições de segurança da travessia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Comportamento do pessoal de bordo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Informação prestada durante a travessia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Velocidade da embarcação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Satisfação global pelo serviço do Operador	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2.2. Indique os motivos relacionados com a visita à ilha da Berlenga

- Relaxar/Divertir Fotografia Observação de fauna e flora Geologia Educação ambiental Pescar
- Mergulho subaquático/Snorkel Percursos pedestres Convívio familiares/amigos Contemplar a natureza
- Campismo Outro. Qual? _____

2.3. Avalie a importância das várias infraestruturas e serviços existentes na Ilha da Berlenga:

	Totalmente irrelevante	Irrelevante	Nem irrelevante nem relevante	Relevante	Absolutamente Relevante
Existência de condições para campismo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sinalética na ilha	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Percurso pedestres disponibilizados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Acesso a WC e água potável	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Manutenção e limpeza dos trilhos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Disponibilização de visitas guiada à Ilha	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Serviço de primeiros socorros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Limitação do número máximo de visitantes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Participação em ações de conservação da natureza	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Existência de um Centro de Interpretação Ambiental	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Acompanhamento durante a visita	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Disponibilização de zonas de descanso com sombra	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2.4. Indique os elementos de património histórico e cultural da ilha das Berlengas?

Não sei

2.5. Indique as razões que levaram à construção do Forte de São João Baptista?

Não sei

2.6. Tem a intenção de voltar a visitar a Ilha da Berlenga?

Responda através de uma escala de 1 a 7, em que 1 = Não, em absoluto e 7 = garantidamente sim:

1 2 3 4 5 6 7

3.3. Avalie a importância que cada uma das seguintes classificações tem ou poderá ter na visibilidade nacional/internacional do Arquipélago das Berlengas:

	Desconheço	Totalmente irrelevante	Irrelevante	Nem irrelevante nem relevante	Relevante	Absolutamente Relevante
Reserva Natural	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Rede Natura 2000	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reserva Biogenética	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reserva da Biosfera da UNESCO	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Zona de protecção especial aves selvagens	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

4. Gestão para a sustentabilidade

4.1. As regras relativas à área protegida foram-lhe transmitidas?

Sim Não

4.2. As regras existentes são demasiado rígidas?

Sim Não

4.3. As regras existentes são adequadas aos objetivos da Área Protegida?

Sim Não

4.4. Avalie em que medida considera preocupante os seguintes aspetos relativos à gestão e sustentabilidade da Ilha da Berlenga. Use a escala de 1 a 7, em que 1 = Totalmente irrelevante e 7 = Muito relevante.

4.4.1 Armazenamento e transporte de resíduos para o continente:

1 2 3 4 5 6 7

4.4.2 Disponibilização de água para uso humano:

1 2 3 4 5 6 7

4.4.3 Modo de produção de energia eléctrica na ilha:

1 2 3 4 5 6 7

4.4.4. Número máximo de visitantes diários:

1 2 3 4 5 6 7

4.4.5 Investimento na conservação da natureza:

1 2 3 4 5 6 7

4.4.6 Promover o equilíbrio entre a conservação da natureza e a exploração dos recursos:

1 2 3 4 5 6 7

4.5. **Caso** **deseje,** **pode** **fazer** **algum** **comentário** **ou** **sugestões:**

5. Caracterização Sócio-Económica

5.1. Nacionalidade

Portuguesa Outra. Qual? _____

5.2. No caso de residir em Portugal, indique o concelho de residência: _____

5.3. Idade: _____ anos

5.4. Género: Feminino Masculino

5.5. Estado Civil:

Solteiro(a)/Divorciado(a) Casado(a)/União de facto Viuvo(a)

5.6. Nível de educação:

Básico Secundário Licenciatura Mestre/Doutorado

5.7. Atividade profissional:

Trabalhador conta de outrem Profissional liberal / empresário Estudante Desempregado Reformado

5.8. Rendimento médio mensal do agregado familiar

≤400 € 401 – 1000€ 1001 – 2000€ 2001 – 3500 € 3501 – 5000 € > 5000 €